



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 6.753/13 — PROFORTE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0029/14	DATA: 18/02/2014	
LOCAL: Plenário 6 das Comissões	INÍCIO: 14h59min	TÉRMINO: 17h51min	PÁGINAS: 65

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

WALTER DE MATTOS - Presidente do Grupo LANCE.

ARIALDO BOSCOLO - Presidente da Federação Nacional dos Clubes — FENACLUBES.

SUMÁRIO

Debate sobre a proposta de criação do Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos — PROFORTE e acerca da situação econômica dos clubes de futebol no Brasil, das confederações e das federações olímpicas.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª reunião ordinária da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.753, de 2013, do Sr. Renan Filho e outros, que cria o Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos — PROFORTE.

Encontra-se à disposição dos Srs. Deputados cópia da ata da 8ª Reunião, realizada no dia 5 de fevereiro de 2014, no período da tarde, e da 9ª Reunião, realizada no dia 12 de fevereiro, às 14h30min.

Pergunto se há necessidade da leitura da referida ata. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Peço dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - O.k. Dispensada a leitura da ata.

Aguarda-se o pedido de dispensa de leitura da ata. *(Pausa.)*

Dispensada a leitura da ata.

Não havendo discordância sobre a dispensa da leitura da ata, vamos ao seguinte expediente.

Está aprovada a dispensa da leitura da ata.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a dispensa da leitura da ata.

Item 3.

Comunico que recebemos o seguinte expediente da Presidência desta Casa, deferindo o pedido contido no Requerimento nº 9.407, de 2014, com a seguinte informação:

Apense-se ao Projeto de Lei nº 6.753, de 2013, o Projeto de Lei nº 5.201, de 2013, nos termos dos arts. 142 e 143, inciso II, alínea “b”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Por consequência, determina seja alterado o nome desta Comissão Especial para Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5.201, de 2013, do Sr. André Figueiredo, que altera a Lei nº 11.345, de 2014, de setembro de 2006, para modificar a destinação dos valores arrecadados no



concurso de prognósticos denominado Timemania, com o objetivo de torná-la mais atraente para seus apostadores e aumentar a capacidade de pagamento das entidades esportivas, quanto às suas dívidas fiscais junto à União, e dá outras providências, e apensado.

Antes de iniciarmos a Ordem do Dia, indago ao Relator se está entendido o apensamento previsto no requerimento determinado pela Presidência da Casa, do Deputado André Figueiredo. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Quem sou eu! Trata-se de uma decisão do Presidente da Casa. É evidente, diante de matéria correlata, é claro que antecede a propositura que capeia esta Comissão. Passa, portanto, a proposta do Deputado André Figueiredo a capear. Trata-se de matéria da maior importância, e nós vamos incluí-la no bojo da nossa avaliação e do nosso substitutivo.

É isso mesmo. Trata-se de matéria muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Com a palavra o Deputado André Figueiredo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Sr. Presidente, Relator Deputado Otavio Leite, na verdade, este nosso pedido vem ao encontro pelo fato de este projeto, de minha autoria, é oriundo de amplo debate que tivemos ainda no âmbito da Subcomissão que o ex-Presidente e Deputado José Rocha, no âmbito da Comissão de Turismo e Desporto, designou ainda no final de 2012. Em 2013, a Comissão já tinha outro Presidente, e nós concluímos, depois de várias audiências públicas, por este projeto, que nós temos a convicção de que se trata do mesmo objetivo.

Evidentemente, não tenho nenhuma pretensão e quero ressaltar a importância da denominação da Comissão pelo nome PROFORTE. Nós queremos, através do instrumento dos concursos de prognósticos, torná-los mais atrativos, porque temos o objetivo de melhorar a capacidade de pagamento dos clubes de futebol e, é claro, de fortalecer todos os nossos esportes olímpicos.

Portanto, como eu estava dizendo para a Mirna, nós estamos mudando a razão social, mas o nome fantasia PROFORTE continua o mesmo. É este o nosso intuito: fortalecer os esportes olímpicos, através dos instrumentos que nós temos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Obrigado, Deputado.

Esta reunião foi convocada para a realização de audiência pública com os seguintes temas: debater a proposta de criação do Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos — PROFORTE, atendendo ao Requerimento nº 913, de autoria do Deputado Vicente Candido, e debater a situação econômica dos clubes de futebol no Brasil, das confederações e das federações olímpicas, atendendo ao Requerimento nº 34/13, de autoria do Deputado Romário, aditado em reunião do dia 17 de dezembro, com a sugestão da inclusão do nome do Sr. Walter de Mattos Júnior, pelo Deputado Otavio Leite.

Convido, para tomar assento à Mesa, o Sr. Arialdo Boscolo, Presidente da Federação Nacional dos Clubes — FENACLUBES, e o Sr. Walter de Mattos Júnior, Presidente do Grupo LANCE.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados para as suas exposições, peço a atenção dos Srs. Deputados para os procedimentos a serem observados durante a audiência. O convidado terá até 20 minutos para a sua exposição, não podendo ser aparteado. Finda as exposições, será concedida a palavra aos Deputados, observada a ordem de inscrição, para, no prazo de 3 minutos, cada um formular as suas considerações ou pedido de esclarecimentos, dispondo os convidados do mesmo tempo para a resposta — art. 256 do Regimento Interno. Serão permitidas as réplicas e as trélicas, pelo prazo de 3 minutos improrrogáveis. A lista de inscrição para o debate encontra-se à disposição dos Srs. Deputados, com a Assessoria aqui da Comissão.

Vamos dar início, então, à audiência. Pelo acordo, pelo sorteio da moeda, fala primeiro o Lance. É isso? O Walter vai usar aqui o... Walter, se você quiser ficar ali, à direita, mais no canto, porque dali você olha para a sua exposição, fique à vontade.

O SR. WALTER DE MATTOS - Boa tarde. Estão me ouvindo? Boa tarde. Eu gostaria de agradecer o convite da Comissão, feito pelo estimado Deputado Otavio Leite, a quem eu conheço há muitos anos. Já estivemos conversando e debatendo sobre as questões do esporte lá no Rio de Janeiro, algumas vezes. Eu queria dizer que eu estou honrado de poder fazer parte, de contribuir com este debate de um tema tão importante. E quero fazer alguns preâmbulos.



Primeiro, por que eu estou aqui, além de dirigir um grupo que lida com esportes, fundado há mais de 16 anos? Nós empregamos quase 500 pessoas, e temos mais de 200 jornalistas cobrindo, fazendo a cobertura dessa atividade, dessa forma de expressão cultural do povo brasileiro, em especial do futebol brasileiro, paixão que mobiliza todos nós, não é?

Eu acho que o futebol tem uma importância que vai além dos resultados e do que acontece nos estádios. Ele é uma atividade que tem uma relevância. Quando se olha o Brasil de fora do País, o Brasil é... Talvez o futebol seja a única atividade pela qual nós somos indiscutivelmente conhecidos como no campo da excelência. O futebol acaba, então, influenciando toda a vida do País. Um dia de um final de um campeonato, ou de um evento que aconteça no campo do futebol é motivo de assunto da semana inteira. Ele tem, portanto, uma consequência moral e ética também, porque como ele é muito reportado, como a imprensa televisiva e escrita cobrem exaustivamente o que acontece no futebol, ele, de alguma maneira, torna-se uma referência para a vida nacional. E eu participei, à época, fiz parte do grupo de trabalho do Estatuto do Torcedor, nos anos de 2001 e 2002, quando houve avanços, e agora eu acho que se tem uma oportunidade para fazer uma nova ação que possa tirar o futebol de onde ele está e colocá-lo, o futebol brasileiro, onde ele deveria estar.

Eu vou me permitir, ao falar do PL nº 6.753, que foi a denominação que veio para mim anteriormente, dividir em cinco grupos. Falarei um pouquinho do esporte, rapidamente, o que significa o esporte; do futebol, qual é a situação dos clubes hoje, dados que, inclusive, já foram compartilhados aqui nesta Comissão, só para embasar um pouco ao que eu vou me referir, uma fotografia dos clubes de futebol brasileiro, que é bem sabida, mas vale repisar; do momento atual desta discussão, quais são as opções que se tem, as que estão aqui colocadas e, contrariando um pouco o que se diz sobre os jornalistas e sobre a imprensa que só fazem a crítica, vamos trazer, além da crítica, algumas propostas aqui para se debater, vamos permitir colocar algumas ideias que possam ser debatidas aqui hoje.

A indústria do esporte é muito grande, já hoje, no Brasil; mas o mais interessante é que ela vem crescendo a uma taxa superior à do PIB brasileiro. O crescimento da indústria do esporte no País na década passada foi duas vezes o



crescimento do PIB brasileiro. E eu tenho um dado mais recente, entre 2007 e 2011, o crescimento foi de 7,3%; portanto duas vezes e meia o crescimento da taxa do PIB brasileiro.

Então, o futebol e o esporte em si são uma atividade econômica relevante e poderiam ser muito mais. Por exemplo, nos Estados Unidos e em outros países, nós temos taxas de participação dessa atividade econômica no produto e no emprego em investimentos bastante superiores às do Brasil. Isso aqui é pesquisa da *Price Waterhouse* que mostra que, quanto aos patrocínios esportivos, por exemplo, em relação ao PIB, o Brasil poderia tranquilamente estar falando de dobrar esse número sem muito susto. Nos Estados Unidos, a participação do PIB é superior a 5%, a participação da indústria do esporte.

O Brasil é um País bastante similar aos Estados Unidos, diverso, continental e ainda com uma vantagem de um clima melhor do que o deles para a prática esportiva. É um País com uma pirâmide demográfica ainda mais jovem. Então, a gente deveria, no nosso entendimento, almejar também um crescimento da atividade econômica do esporte, e isso se faz através de uma mudança, de reestruturações que serão objeto de alguma discussão aqui.

Agora, entrando já no futebol, aqui são dados de 2011, então eu peço desculpas, mas eles continuam totalmente válidos, há mudanças muito pequenas no ponto de vista que eu queria trazer. Aqui, por exemplo, é uma média, eu peguei os cinco maiores clubes europeus e fiz uma brincadeira aqui, porque os dois primeiros são o Barcelona e o Real Madri, que têm um nível de receita muito parecido. Então, eu criei aqui um “Barçadri”, um clube hipotético que fatura 1 bilhão e 300 milhões de reais à taxa de câmbio do ano passado. Hoje, isso aí seria mais do que esse valor.

Então, você tem os quatro maiores clubes europeus, e aqui nós temos os quatro maiores clubes brasileiros, também dados de 2011. Há mudanças em 2012. Os balanços de 2013 ainda não saíram; mas, como eu disse, o ponto de vista é mostrar a diferença que nós temos entre o faturamento desses clubes e o que obviamente se reflete na potência econômica, na potência esportiva, na capacidade de investir no seu próprio estádio, na capacidade de reter os seus jogadores, na capacidade de investir e atrair jogadores jovens para formar um plantel mais



atraente, enfim, na capacidade até mesmo de cumprir com as suas obrigações financeiras.

O nosso ponto de vista é o de que não falta dinheiro para o futebol brasileiro, falta gestão, falta talento para a gente angariar esses recursos, e a gente vai ver aqui por que este ponto de vista pode ser defendido.

Então, nós vamos para o próximo gráfico. Ele mostra uma diferença de quatro vezes, quase quatro vezes e meia o faturamento dos maiores clubes europeus frente aos maiores clubes brasileiros.

Nós temos algo que eu chamo de falácia de país pobre, porque o que sempre usado e dito por dirigentes, dirigentes da área das Federações e Confederações, que muita coisa no Brasil não poderia ser feita porque nós somos um País mais pobre, e o nosso futebol deveria, portanto, refletir essa pobreza.

Eu me recordo, na época da implantação do próprio Estatuto dos Esportes, de que houve uma ameaça de rebelião dos clubes, quando houve a exigência de se colocar uma ambulância para cada 10 mil espectadores no estádio. Dizia-se que os clubes iriam falir, se tivesse que se colocar uma ambulância para cada 10 mil espectadores.

Então, a gente defende que há uma incompetência, que não é, obviamente, absoluta, mas a média na gestão dos clubes brasileiros deriva do modelo de gestão e da governança que existe e que não mudou da década de 60 até hoje.

Nós temos clubes brasileiros, clubes europeus maiores, comparando-se com os nossos maiores clubes, que têm, em geral, mais torcida do que os deles. Eles faturam 4,5 vezes mais do que os clubes brasileiros. Isso é porque o Brasil é um País pobre? Não. O Brasil é o segundo PIB, se compararmos os maiores países do futebol. A Alemanha é o único país que tem um PIB superior ao do Brasil.

Portanto, o nosso problema não é falta de riqueza; o nosso problema é falta de exploração, no bom sentido, deste ativo extraordinário que é a paixão do futebol brasileiro e as marcas que os clubes representam, a capacidade de atrair público e a atenção do futebol brasileiro.

Para termos uma ideia, também com dados de 2011, só corroborando o que eu havia dito, estas aqui são as ligas europeias, as maiores ligas, que não incluem os valores faturados pelos clubes, que são muito relevantes na participação da



Champions League. Aqui, o Brasil, por exemplo, participa da Libertadores, seria o equivalente, com cotas muito pequenas. Aqui, na liga inglesa, há três clubes; na Bundesliga, há três; na liga espanhola, há três — só na Champions; depois na liga Europa. Isso, portanto, adicionaria um faturamento muito maior.

É por isso que os clubes europeus faturam muito mais, porque o negócio no qual estão inseridos é um negócio muito mais rico, é um negócio que não gera tantos recursos quanto o negócio do futebol, mesmo em países que têm um produto e uma economia muito menor do que a nossa e até, quem sabe, uma paixão menor do que a nossa.

Agora vamos navegar um pouco rumo à realidade dos clubes brasileiros. Eu tenho conhecimento de que estes números correspondem a um consolidado de números mencionados pelo especialista em *marketing* esportivo e nosso colunista Amir Somoggi, que esteve aqui numa audiência. A gente só consolidou esses números.

O ponto para o qual eu queria chamar a atenção é que, ainda que os nossos clubes estejam muito aquém do seu potencial, os clubes brasileiros têm desfrutado de um crescimento bastante potente das suas receitas nos últimos anos. Todos sabem que é derivado majoritariamente do aumento das cotas de televisão, menos da participação da bilheteria, que, no Brasil, é uma participação muito pequena.

Para vocês terem ideia, na economia média de um clube europeu, um terço — entre 30% e 40% — das suas receitas, dos números que acabamos de mostrar, vem da bilheteria do chamado dia do jogo, o *match day*. Aqui no Brasil, pouquíssimos clubes chegam a 8%. A média dos grandes clubes brasileiros é da ordem de 5% a 6%. Esperamos que com as novas arenas isso se modifique.

O que eu quero reforçar aqui é que há um potencial ainda maior de crescimento dessas receitas. Mas o que preocupa — talvez seja esta a razão de esta Comissão ter sido formada — é que os clubes brasileiros têm conseguido superar, no seu gasto, o alto crescimento das receitas. Eles não têm um compromisso com o equilíbrio orçamentário, não têm um compromisso com o pagamento das dívidas. Os seus dirigentes, por pressões da paixão, por diversos motivos que a gente precisaria de uma tarde inteira para discutir, acabam se excedendo nos gastos, e os clubes, então, têm um endividamento que não para de



crescer Embora a receita cresça, eles têm déficits que fazem com que o conjunto dos clubes brasileiros cada vez deva mais à sociedade brasileira.

Quais são as opções? Peço vênia para, se der tempo, fazer comentários sobre o PL nº 6.753. Não sou legislador, não tenho conhecimento sobre lei, e, obviamente, depois de todas as modificações nas legislações anteriores, precisamos de um especialista para entender tudo aquilo que foi alterado. Mas me propus a fazer aqui um comentário geral sobre a estrutura do futebol brasileiro e sobre caminhos para modernizá-lo.

Neste momento, também faço ressalva de que, na minha avaliação, toda vez que tentamos misturar esportes olímpicos com futebol não deu bom resultado. Essas atividades com tamanhas e abissais diferenças em todos os seus aspectos, começando pelo grau de profissionalismo, passando pelo nível de patrocínio e pelo nível de interesse até o nível de exposição, são tão distintas que me aventuro a dizer que a ideia de conjugar essas duas modalidades não parece ser boa ideia, em que pesem opiniões divergentes.

Então, vou me cingir à análise da situação do futebol brasileiro. Poderia também fazer essa análise, porque sou observador atento do esporte olímpico brasileiro, mas vou falar apenas do futebol brasileiro e de ideias para o debate nessa encruzilhada, vamos dizer assim.

As opções são muitas, mas selecionei três.

Uma, o perdão das dívidas. Poderia se tratar de mais um perdão, uma situação em que se desse um desconto. O Legislativo poderia propor e aprovar esse perdão; o contribuinte brasileiro abriria mão desse seu ativo, abriria mão de ser credor dos clubes. Essa é uma saída.

Outra opção é o que chamei de mais uma Timemania, porque já fizemos a Timemania 1, já tivemos a Timemania 2, e parece-me que este projeto contém em alguma medida a ideia de uma loteria que possa equacionar, que possa gerar recursos para os clubes saldarem as suas dívidas.

Eu estou de acordo em que o uso de uma loteria poderá ser uma das medidas a aventar. Eu estou de acordo em que o uso dos símbolos dos clubes seja algo de valor, ou seja, que o clube, ao ceder, possa cobrar uma contrapartida disso. Mas também lembro que a prática do jogo das loterias é monopólio exclusivo do



Estado brasileiro e que, ao fazer isso, ele também pode cobrar contrapartidas, crítica que fizemos nas versões anteriores da Timemania, à época, infelizmente, anunciando que viriam outras timemantias, porque aquela solução não tinha os ingredientes para realmente comprometer os clubes com aqueles pagamentos. Ela não continha nenhuma medida reestruturante. Tratava-se simplesmente de criar uma loteria, usar os escudos e os símbolos dos clubes e criar uma situação, um projeto de financiamento que superestimou as expectativas de receitas. Inclusive, vários especialistas à época disseram que não viriam aquelas receitas. É notório que toda vez que se criam novas loterias o apostador em geral não cresce o valor apostado. Então, uma canibaliza a outra. Foi o que aconteceu.

E a outra opção é adotar uma solução reestruturante, que certamente dá muito mais trabalho, certamente tem muito mais arestas, certamente tem muito mais pontas a serem amarradas, mas que poderá ser uma revolução, poderá ser um marco zero no futebol brasileiro, como ocorreu em outros países.

Compartilho com os senhores que na Europa a revolução do futebol... Até o final da década de 80 só existia esporte organizado e profissional nos Estados Unidos. O futebol na Europa era meio organizado e meio desorganizado: as TVs eram públicas; não tinha o dinheiro que passou a ter com a privatização das televisões na Europa; e, portanto, o futebol europeu sofreu uma revolução no final dos anos 80 e início dos anos 90. O principal marco foi a criação da Liga Inglesa, da *Premier League*, capitaneada pela televisão, por uma televisão por satélite, e nesse momento se fez a reestruturação de passivos dos clubes. Em praticamente todos os países houve uma repactuação dos passivos, com uma situação de exigência e de mudança do regime jurídico dos clubes — coisa que nós não fizemos até hoje.

Então, uma solução reestruturante é muito mais complexa, e aí a questão é — se é que há o desejo de se fazer uma solução reestruturante —, como se conjugar uma solução politicamente aceitável e, ao mesmo tempo, viável — esta é a palavra factível aqui —, sob o ponto de vista da economia dos clubes, para não ser mais um fracasso, mais uma situação que a gente simplesmente vai empurrar para daqui a 1 ou 2 anos, quando veremos esse filme novamente, e a Câmara dos Deputados e o Congresso brasileiro, e a sociedade brasileira tendo que tratar desse



tema de novo, sendo que a gente tem tantos outros temas para tratar. A gente podia tentar vencer esse tema de uma maneira em que se construísse um futuro diferente.

O que falta para essa mudança de patamar, para que os clubes brasileiros almejem o nível de receita de que os clubes europeus gozam? Eles são os nossos concorrentes, pelos jogadores, pela paixão... Não sei se os senhores já refletiram sobre isso, mas nossos filhos, os meus filhos pedem para eu comprar camisas dos times europeus. Eu viajo e tenho que trazer camisas. As lojas brasileiras estão lotadas de camisas. Algumas lojas, se você perguntar, nos *shoppings*, vendem mais camisas de times estrangeiros do que de times brasileiros. Os filhos da classe média da Europa, os jovens europeus não compram camisas dos times brasileiros, porque os nossos clubes são clubes paroquiais, são clubes que estão inseridos simplesmente no nosso contexto, quando quase todas as atividades se globalizaram.

Então, o que falta aqui? Por exemplo, a gente fala de investimentos, a gente olha a capacidade de um clube ter o seu próprio estádio e não depender de um estádio público, a gente fala — e eu já escrevi sobre isso várias vezes — da dificuldade que seria para um clube ter o seu próprio estádio. Quem vai contratar o clube se o seu dirigente, que tem um mandato determinado, vai à televisão e diz que, se o contrato for ruim, ele o rasga? se o sucessor dele diz que aquele foi um contrato vil? Então, nós padecemos de uma falta de segurança jurídica para fazer contratos com maior prazo. Os próprios patrocínios — não há nenhum patrocínio de 10 anos no futebol brasileiro, coisa que é corriqueira no mundo dos esportes — são de curto prazo e, portanto, criam uma situação de dificuldade orçamentária.

Eu vi aqui no PL 6.753, os senhores me desculpem o termo, mas me parece até infantil pedir, por exemplo, para um financiamento de 20 anos, um plano orçamentário para os clubes por 20 anos. Ora, os clubes não conseguem saber a receita deles dos próximos 3 anos! O contrato de televisão é de curto prazo — até não deveria ser muito longo —, os contratos de patrocínio... Em sua maioria, os clubes não têm seus próprios estádios, não têm venda de carnê, não têm nenhum contrato, praticamente, que exceda a 2 ou 3 anos! Por quê? Há uma insegurança jurídica muito grande para quem lida com o clube. O empresário empresta o dinheiro para o clube com a garantia daquele jogador da base, porque ele vai pegar o passe



dele e, se alguma coisa der errado, ele se salva ali. O banco pega o recebível da *TV Globo*. O patrocinador faz por 1 ou 2 anos e paga a conta-gotas aquilo ali, porque se o dirigente do clube um dia resolver não entrar com o patrocínio na camisa ele pelo menos para de pagar.

Então, há um ambiente de falta de profissionalismo: falta um ambiente pró-negócio, falta segurança jurídica, há um problema de imagem, e eu atribuo tudo isso a uma falta de governança do futebol brasileiro que resgate essas condições.

Os resultados desejáveis seriam: crescimento do negócio do futebol, crescimento que possibilite ter arenas mais bem cuidadas, manter os nossos jogadores, aumentar o investimento.

Eu acabo de vir de Barcelona, visitei o La Masia, e é uma coisa de dar inveja a forma como aqueles garotos que vão do mundo inteiro são tratados. Por isto essa fábrica de craques e essa continuidade da dominância de alguns clubes: porque eles têm investimentos, porque eles têm condição econômica de atrair patrocínios de muito mais empresas. Se a gente conseguir uma imagem nova para o futebol, muito mais empresas vão querer se associar a essa paixão, e, portanto, o preço desses patrocínios deverá ser melhor. Haverá atração de investimentos de longo prazo, não de chupins dos clubes de futebol, desses que vão lá, emprestam dinheiro a 2,5%, 3% ao mês — e eu não estou dizendo que eles estão errados, é porque eles não têm segurança jurídica —, não daquele empresário que aparece lá na hora de pagar a folha de pagamento de 2 milhões, de 3 milhões, e depois pega o passe dos jogadores, mas sim de investimentos de longo prazo, criando uma imagem nova do futebol, para que a gente possa, fora de campo, estar à altura do futebol pentacampeão.

A lógica é combinar incentivos corretos com obrigações, e não somente as benesses ou as facilidades. Daria pra gente ficar muito tempo discutindo a proposta, mas eu vou resumir as ideias. Algumas são mais heterodoxas e outras são ideias que já foram ventiladas.

Na linha dos incentivos corretos, é claro que os clubes precisam de uma reestruturação financeira; é claro que os clubes não conseguirão sair dessa situação sem um reequacionamento dos seus passivos fiscais. Os clubes precisam ter sua certidão negativa; precisam ter um peso prestacional, uma contraprestação mensal



no seu orçamento, que caiba no seu orçamento; mas eles precisam ter isso dentro de obrigações. Eles têm que ter, a nosso ver, um custo declinante.

Eu penso no Estado brasileiro como alguém que tem um grupo de devedores que não pagam regularmente, que são contumazes devedores, e essa Lei, este projeto de lei, neste momento, pode gerar uma condição para eles começarem a pagar. Então, o Estado, que recebe pouco, passa a receber algum — o que é melhor do que não receber. Mas isso não pode acontecer sem as obrigações do outro lado, porque a gente sabe que isso vai ser falso e vai durar pouco tempo. E aí os bons pagadores têm que ter custos declinantes. Houve uma situação que se agravou, alguns desses dirigentes de hoje não têm nada a ver com o que foi feito no passado, então o clube tem que cumprir uma certa obrigação. Mas eu entendo, pessoalmente, que o Estado deveria dar vantagens para aqueles que passarem a se endireitar, que passarem a cumprir com suas obrigações, de modo que facilite essa retomada ou essa ascensão dos clubes brasileiros.

E mais: acho que a gente deveria ir além, como cenoura, como se diz no popular. A gente deveria — isso sim é uma novidade de que ainda não ouvi falar — utilizar o instrumento da desoneração, que foi utilizado pelo Governo nos últimos anos para vários segmentos da sociedade. Por que não? Por que não diminuir a carga tributária dos clubes? Os clubes hoje pagam 5%, 4,5%, se não estou enganado, sobre a folha de pagamento, e pagam mais 5% sobre as suas receitas — quase todas as receitas. Isso, nos clubes grandes, são dezenas de milhões. Em alguns setores foi reduzida para 2% ou 1% sobre o seu faturamento. Por que não ter esse espírito de reerguimento do futebol brasileiro, desde que eles se tornem clubes cidadãos e cumpram com as suas obrigações, e eles também terem uma ajuda do Estado no sentido de redução da sua carga tributária?

Agora, para isso, a gente deveria criar uma nova ordem no futebol. A nossa proposta já foi muito debatida: seria criar uma sociedade empresarial do futebol, uma sociedade específica. Eu faço um parêntesis: às vezes a gente perde de vista o aspecto histórico dos clubes, das entidades associativas. Poderíamos eu, o Deputado Deley, o Deputado Romário, se nós fôssemos do mesmo bairro e gostássemos de jogar tênis, comprar um terreno, fazer uma quadra de tênis e criar uma entidade associativa. E a gente decidiria: *“Olha, esse ano você é o presidente;*



no outro ano, o outro é o presidente, e ninguém ganha nada com isso; estamos fazendo uma entidade associativa.” Esse era o espírito dos clubes de futebol. Mas, ao longo dos anos, eles mudaram; eles têm uma atuação absolutamente empresarial, são clubes que faturam 300 milhões, vendem patrocínios, têm orçamentos... Há clubes brasileiros que, neste ano, vão se aproximar de 400 milhões, com milhares de funcionários. Eles não são mais uma atividade associativa, no que diz respeito à atividade do futebol. Há clubes que têm suas piscinas, suas quadras de bocha, suas quadras de tênis — isso não tem nada a ver —, mas, na atividade do futebol, eles são uma atividade empresarial. E nós mantivemos o arcabouço legal como se eles ainda fossem uma atividade associativa, aquela dos amigos que se juntaram para fomentar uma determinada atividade — poderia ser um clube de pôquer, um clube de biriba, mas é um clube de futebol.

A gente continua tratando os clubes... E isso faz parte, porque a impunidade do dirigente que tem uma gestão temerária, que, não tendo dinheiro para pagar os impostos, contrata um treinador por 1 milhão de reais, explica a grande parte do imbróglio em que a gente está envolvido, porque o arcabouço jurídico no qual está o clube de futebol não permite um rito de responsabilização e de punição, como se impõe sobre mim. Eu sou um empresário, tenho 500 funcionários; se eu não pagar imposto, se eu fizer apropriação indébita, eu vou preso. Mas o dirigente de futebol, não.

Garantias para a dívida. Se a gente vai fazer esse refinanciamento, é uma nova era, devem ser dadas as garantias. Quando se fala do futebol-empresa, sempre alguém levanta: “Mas a exceção é o Barcelona e o Real Madrid, que não são futebol-empresa.” São as únicas exceções, dos 30 maiores clubes do futebol mundial. Mas eles optaram por não serem empresas quando houve a criação das sociedades anônimas desportivas; eles não tiveram o perdão da dívida que os outros tiveram; não tiveram refinanciamento. Mas eles têm uma obrigação: cada vez que uma junta diretiva chega lá, eles têm que garantir o passivo; eles não podem criar novos déficits; eles garantem com o patrimônio pessoal dos dirigentes.

Fala-se do Barcelona e do Real Madrid como entidades associativas, mas se esquece que do outro lado há responsabilização e indução a que o dirigente tenha boas práticas e não vá acumulando calotes para o próximo dirigente.



Acelerar o pagamento das dívidas com venda de jogadores. Eu entendo que se a gente der, se a sociedade brasileira der 20 anos, der a desoneração, der um custo declinante, e se o clube amanhã revela um jogador que vale 20 ou 30 milhões e vende esse jogador, é justo que uma parcela disso possa ser para acelerar esse pagamento da dívida. Vamos dizer que 20% ou 25% da venda do jogador sejam para acelerar... Se tivesse um banco de um lado e uma empresa em dificuldade pedindo um prazo para pagar, o banco pode, eventualmente, não tendo alternativa, conceder. Mas, se no meio do caminho, o sujeito ganha na loteria, ele tem que acelerar aquele pagamento, ainda mais se as condições foram muito benevolentes.

Uma lei de responsabilidade do futebol, usando os mesmos princípios da Lei de Responsabilidade que foi consagrada no nosso País, pressuporia um limite de déficit e de gasto com futebol. A única maneira... No mundo inteiro, as ligas de futebol têm dificuldade para se manter no azul, mesmo as mais ricas. No esporte americano, as quatro ligas dão sempre lucro; elas têm uma coisa chamada — desculpe o anglicismo — *salary cap*, que é o limite de gastos com os salários, como a gente tem, na Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite de gastos com o salário do funcionalismo. Se não houver um limite de gastos, sobretudo nesse momento em que há um passivo acumulado, os clubes não vão poder ter a sobra para fazer jus a seus passivos trabalhistas, fiscais, que foram acumulados.

E nós temos uma vantagem. Na Europa, está-se discutindo isso há muitos anos, mas a dificuldade na Europa pela imposição de uma lei de responsabilidade, que todo mundo que pensa sobre o futebol diz que é necessária, é que lá é um continente inteiro e há uma questão de competitividade entre os países. Então, se a Espanha coloca uma lei de responsabilidade, e o Barcelona e o Real Madrid não podem gastar acima de tanto, eles temem perder espaço para os clubes italianos ou ingleses, se eles não tiverem essa lei.

Aqui nós estamos numa posição muito confortável, porque no nosso continente nós temos uma moeda dominante, somos a economia mais forte, então dificilmente o Brasil... E os clubes têm orçamentos muito maiores do que os clubes da América Latina, com exceção de um ou outro clube mexicano que tenha um orçamento um pouco maior. Nós não teríamos problema aqui de dizer: “*Ah, se o clube só puder gastar 50%, ou 55%, ele vai perder jogadores!*” Ele vai perder os que



perde para a Europa durante algum tempo, e depois — acredito eu —, com uma pujança econômica maior, poderá até retê-los.

Então, seria fundamental que os clubes aderissem a essa lei de responsabilidade — não é uma imposição que deva sair desta Casa, mas é uma ideia dessa reestruturação. E aqui uma ideia um pouco heterodoxa. Por exemplo, em contraposição à questão do projeto olímpico, de fazer com dificuldades de formação, a gente tem uma dificuldade. Os estádios são um ambiente privado, e o clube tem que arrecadar para pagar os seus salários. A gente quer, por um lado, que o clube mantenha um jogador. Vamos dizer que o Romário estivesse jogando no meu Flamengo, eu não queria que ele fosse embora, mas, ao mesmo tempo, a gente quer que o ingresso seja barato, de graça.

Os estádios têm ociosidades enormes ainda. Que tal a gente, por exemplo, destinar alguns milhares de assento, obviamente não nos jogos das 22 horas, mas coisas programadas do fim de semana, em que você tivesse uma parcela dos assentos, o clube destinasse, tudo voluntariamente, para jovens de escolas públicas e se fizesse parte de um programa de construção do torcedor do futuro, daquele menino que, se não lhe for dada aquela oportunidade, ele nunca vai poder ver um jogo ao vivo, vai ficar só dependendo dos jogos que passam na televisão aberta. Obviamente que isso precisaria de uma montagem, talvez através das Secretarias de Educação, de Transporte, de forma segura, com lanche, mas um projeto que encheria os nossos estádios, colocaria aqueles menininhos todos lá vendo futebol, perto de seus ídolos. Poderia ser uma das formas de contribuir para o pagamento da prestação.

Eu queria, para terminar, me referir à questão do calendário. Eu não vou entrar nela, mas só para deixar consignado. O calendário do futebol brasileiro é um dos entraves, é uma das questões que precisaria ser tratada para a evolução. Por exemplo, a questão da não internacionalização das marcas dos clubes brasileiros tem toda relação com um calendário que não permite que os clubes, na época em que os outros clubes estão excursionando, jogando torneios e que os nossos clubes poderiam fazer isso, eles estão presos, jogando o campeonato. Então, não é o calendário da Europa, é o calendário internacional do futebol, porque a Copa e a Olimpíada são sempre no meio do ano.



A segunda questão, e que eu acho que é um alerta que eu faria a esta Comissão, é que eu tenho ouvido falar que há clubes que já pararam de pagar, alguns até que vinham pagando, na expectativa da aprovação desse projeto. Eu sugeriria que ficasse claro que tem uma trava no processo das dívidas que serão parceladas. Por exemplo, dezembro de 2013. O que acontece é que, com essa expectativa de até um ano, alguns que vinham pagando tenham parado de pagar.

A questão da segurança nos estádios é fundamental e deveria ser objeto também do Estado brasileiro. Acho que a gente tem tratado ou não disso. Por exemplo, a partir do momento em que os clubes fossem adimplentes, eles poderiam fazer jus a verbas a fundo perdido, por exemplo, para equipamentos de segurança nos seus estádios. Nada mais justo. Isso foi feito em vários países.

Por fim, com relação ao projeto de lei, eu queria fazer três breves comentários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) – Fique à vontade, Walter. Nós estamos generosos com o tempo e não nos atrevemos a cortar tempo da imprensa.

O SR. WALTER DE MATTOS – O art. 5º, inciso III, que trata das certidões negativas para os clubes participarem das competições profissionais, é um ótimo objetivo. Temo se essa exigência é factível.

Já fiz menção à questão desse plano de recuperação de 20 anos, que acho que deveria ser refletido, porque vai ser uma obra de ficção. No art. 6º, inciso VIII, a relação de todos os bens e direitos dos dirigentes faz muito sentido na hora que você tem outro regime jurídico. Nesse instituto da entidade associativa eu não sei se ele terá efetividade ou se simplesmente é uma informação moral. O 8º fala das relações de bens e direitos dos controladores legais e tudo isso, porque se ele for inserido dentro da legislação atual não sei que tipo de punição ou de responsabilização poderia ser gerada a partir disso.

No art. 9º, que fala da proposta de prestação de serviço, da divisão do repagamento da dívida, é evidente que nos 3 primeiros anos está prevista uma carga muito mais leve do que em relação ao meio do período e ao final. Eu me pergunto se essa seria a melhor maneira, porque o que pode acontecer é a gente ver os clubes aproveitarem, terem um início bem suave, não vejo nenhuma razão



para que não seja uma divisão mais ou menos linear, e daqui a pouco a gente vê de novo a situação quando as prestações aumentarem. No nosso entender, precisa haver um choque de gestão nos clubes. Quanto mais cedo ele for feito, melhor e não ter que fazer no 4º ano, porque aí é que as prestações aumentam.

Quanto ao art. 12, que propõe justamente o uso da verba, a aplicação em programas olímpicos, eu me permitiria fazer dois comentários. O primeiro é que nós temos já no Brasil a Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte. Poucos clubes se beneficiam, porque poucos clubes têm a CND, poucos clubes têm estrutura para fazer projetos que sejam aprovados e poucos clubes, quase nenhum, têm aquela questão de imagem boa, de segurança jurídica, porque esses projetos são de médio e longo prazo, para que uma marca queira se associar com um clube de futebol para fazer um projeto de desenvolvimento esportivo de 3 a 5 anos. Acho que a nossa questão do não uso, do pouco uso da Lei de Incentivo ao Esporte, que é um instituto bastante bom, é essa. Então, eu acho que já está contemplado.

Eu queria chamar a atenção para outro aspecto. Essa proposta é profundamente injusta, absolutamente injusta. Quando a gente trata seres diferentes de modo igual, a gente está sendo injusto. Vamos à razão. Vamos pegar dois clubes, o meu Flamengo, do coração, que é um dos clubes maiores do Brasil em dívida, senão o maior infelizmente, pra mostrar a isenção do comentário, e o São Paulo Futebol Clube, que é um dos clubes que menos deve e também um grande clube. Vamos lá. Então, o Flamengo, por ter sido mau pagador, por ter acumulado passivos de centenas de milhões, passa a ter o direito de investir muito nos esportes olímpicos, com dinheiro público, e o São Paulo tem o direito de investir quase um décimo do Flamengo com dinheiro público. Eu pergunto se isso é justo. Quer dizer, quem mais acumulou dívida, quem mais foi inadimplente, tem agora a chance de investir mais, usando dinheiro público. A relação entre as dívidas do Flamengo e do São Paulo é mais ou menos 8 ou 10 vezes.

Por fim, eu queria mais uma vez agradecer. Acho que já esgotei o tempo.

Muito obrigado pela paciência e pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Muito obrigado, Walter, pela contribuição e pelas provocações no bom sentido. Só resta saber se você topa disputar uma cadeira de Deputado nas próximas eleições para ajudar a votar essas



matérias e suas ideias aqui, que são boas e tranquilas, nem um pouquinho polêmicas.

O SR. DEPUTADO DELEY - Se ele quiser, ele me ajuda a me eleger e eu defendo aqui as ideias dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Ele disse que garante a eleição dos que já estão aqui.

Tem a palavra o Sr. Arialdo.

O SR. ARIALDO BOSCOLO - Boa tarde a todos! É com muita satisfação que a gente volta aqui nesta Casa para debater um pouquinho o esporte. Eu não pretendo ocupar todo o tempo que foi a mim designado, mas trazer aqui alguns pontos de reflexão para os Srs. Parlamentares com relação ao projeto em si e também ao momento em que vive o esporte brasileiro.

Pela própria leitura do projeto, coloca-se claramente que tem objetivos bem sinalizados no PROFORTE. Lógico que o futebol, por tudo que já foi dito nesta Casa e agora apresentado pelo Walter, é um instituto de paixão nacional que demove realmente todos nós brasileiros. Quando você mistura, digamos, um pouco outros itens de um projeto que não seja o futebol, o futebol acaba sendo logicamente a cereja do bolo e acaba sendo a visão maior, mas o PROFORTE não estabelece somente a situação do futebol, mas também a possibilidade de nós desenvolvermos algumas outras oportunidades, que é nada mais nada menos do que tentarmos criar uma mentalidade esportiva no nosso País, no desporto de modo geral, porque envolve justamente também a formação de atletas olímpicos e paralímpicos.

Então, se olharmos esse projeto somente como futebol, realmente teremos aqui horas e horas de discussão para se resolver todo o problema do futebol, mas eu entendo que, além do futebol, foi inserida dentro do projeto a formação de atletas olímpicos e paralímpicos. Também foi inserido dentro do projeto o que seria a reestruturação da Timemania. Quando a gente fala em Timemania, lógico que ela foi vista, num primeiro momento, como um dos elementos de arrecadação de recursos para o refinanciamento dos débitos tributários do futebol com a utilização dos seus símbolos, dos seus hinos, enfim, da paixão pelo futebol, mas hoje a própria Caixa Econômica Federal concorda que ela foi lançada com uma expectativa e que,



quando colocaram em termos de jogo, em termos de loteria, não teve o resultado esperado.

Então, embora tenha sido feito um projeto em relação à estruturação do refinanciamento num segundo momento da Timemania, a loteria, em si, não foi unificada. Desde o primeiro momento, quando do lançamento dela, que não foi um sucesso, foi um insucesso, ela não foi reestruturada.

Tem-se a oportunidade, nesse projeto, de se verificar as três situações: o problema do futebol, o problema da formação de atleta olímpico e paralímpico, e, quando nós falamos de formação de atleta olímpico e paraolímpico, estamos falando da intenção do Estado de realmente encampar o que queremos do esporte do Brasil.

Se nós ficarmos aqui discutindo somente o problema do futebol, vamos continuar sendo a monocultura do esporte, ou seja, estaremos sendo o País do futebol. Se existe a intenção de criar um impulso com relação ao esporte no Brasil e não futebol, nós temos que aproveitar a oportunidade para enxergar, sim, a possibilidade de formação de atleta olímpico e paralímpico.

Volto a dizer, se a Timemania está sendo mais explorada, e é só verificar o volume de apostas, é uma loteria que hoje não tem o atrativo que deveria ter, mesmo utilizando o maior patrimônio talvez esportivo de marca do País, como o Walter citou, que é a paixão do brasileiro por futebol.

Entendo que esse projeto deve ser visto nessas três dimensões e não apenas na dimensão do futebol. Lógico que, quando falamos do esporte brasileiro, também é impossível não se verificar que temos dois grandes momentos no Brasil, que é a Copa do Mundo, que se avizinha. Passados 5 meses, a imprensa não vai falar mais da Copa do Mundo, vai falar dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Aí, todas as luzes que estão hoje voltadas para o futebol vão se voltar os Jogos Olímpicos.

Se perdermos essa oportunidade da discussão do PROFORTE em relação aos Jogos Olímpicos, sabe o que vai acontecer, o que nós vamos discutir? Vai passar o futebol, e vamos colocar todas as luzes em cima dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paralímpicos que acontecerão no Brasil.

Sou desportista, sou o Presidente da Federação Sindical que envolve todos os clubes, tanto os clubes esportivos sociais como também os clubes de futebol, e sou o Presidente do Conselho da Confederação Brasileira de Clubes, que é a



entidade dos clubes que também envolve a formação de atletas olímpicos e paralímpicos. Aí está incluído o futebol, porque vários clubes de futebol profissional desenvolvem modalidades da prática. O próprio Flamengo, aqui citado, é um dos clubes, hoje, de futebol que desenvolve outras modalidades olímpicas e a formação de atletas.

Então, peço ao Relator que se faça a nossa primeira reflexão. Eu vejo nesta Comissão uma coisa muito interessante. Nós temos a base do Governo, que está representado através de sua Presidente e com alguns Deputados na Comissão da base do Governo, e vejo na relatoria um Deputado da Oposição, um momento oportuno, digamos assim, de se buscar a solução para a discussão realmente de uma política de Estado e não de uma política de partido.

De novo, é uma oportunidade em que você tem dois grandes eventos e a oportunidade de fazer uma discussão de pelo menos criar condições de melhoria. O Walter logicamente vai ser sorteado com inúmeras perguntas dos Parlamentares, mas fez uma explanação maravilhosa. De novo, são tantas as propostas que eu temo por uma coisa. Lembro-me que foi citado aqui no começo da instalação desta sessão em que foi inserido justamente o projeto do Deputado André Figueiredo, que nada mais nada menos foi ainda há 2 anos, em 2012, quando, da Presidência da Comissão de Esportes, o Deputado José Rocha inseriu a proposta de alteração da Timemania. Passaram-se 2 anos e não se votou absolutamente nada.

O que eu temo, como desportista? É que nós vamos ficar discutindo, discutindo, discutindo, e esse projeto não será votado. Está aí a Copa do Mundo, estamos a poucos meses da Copa do Mundo, num ano eleitoral de muita dificuldade para o Parlamento votar e que não se coloca essa matéria de forma definitiva.

A minha preocupação é que esse grande número de audiências públicas faça com que cada segmento que venha aqui traga propostas, propostas, propostas, e nós não tenhamos uma única proposta. Quem tem mais de uma proposta não tem nenhuma.

Então, eu gostaria que os Srs. Parlamentares focassem na proposta original, que, na minha concepção, já deveria ter vindo em forma de medida provisória. O Governo atual, na minha concepção, teria obrigação de encampar uma proposta, seja qual fosse ela. Se estamos às vésperas da Copa do Mundo, se estamos às



vésperas dos Jogos Olímpicos, o Governo tinha que ter um projeto e dizer: “*Olha, esta é a minha opinião. Para resolver o problema do futebol, nós precisamos desse projeto, dessas obrigações, dessas contrapartidas*”. Não foi feito isso. Felizmente, esta Casa trouxe um projeto para ser discutido.

Srs. Parlamentares, vamos tentar encontrar um consenso o mais rapidamente possível e vamos realmente colocar esse projeto em votação. Se não for para resolver todos os problemas do futebol e da formação de atletas do Brasil, que ele minimize uma situação.

Já me ofereci anteriormente nesta Casa. Este projeto contempla os clubes de futebol, os clubes desportivos sociais, as federações e as confederações. Quero justificar que as duas entidades das quais faço parte não têm nenhum débito tributário, nem a FENACLUBES, nem a Confederação Brasileira de Clubes. Elas têm todas as certidões negativas, não têm sequer certidão positiva com efeito de negativa, porém também é um momento de se fazer uma reflexão, se vale a pena ou não.

Agora, precisamos sair dessa polêmica. É importante incluir as federações olímpicas, as federações de futebol no projeto? Que se inclua, senão tira da frente e vamos em frente. Não podemos continuar com essa discussão infinita de propostas sem uma votação definitiva.

Então, eu vou pegar um gancho, que é a minha opinião também, de tudo que está no projeto. O clube e o dirigente que for beneficiado novamente com o refinanciamento, que realmente venham punições. Eu lamentaria muito ver um Flamengo com as portas fechadas, mas, se for para o bem do esporte, que se fechem as portas do Flamengo.

Não podemos continuar *ad aeternum* com projetos que, como o Walter disse, já no seu nascedouro se sabe que não vão ser pagos. Cria-se uma condição de pagamento para quem realmente se cobra a responsabilidade do pagamento. Se for o caso, como o Walter citou, que se estabeleça um gatilho.

É lógico que não vamos conseguir colocar todos os débitos de todos os clubes e encontrar um formato que atenda a todos. O gatilho talvez fosse um balizador, até xis por cento do seu faturamento, um limitador de pagamento, para que dê a possibilidade do pagamento. A Receita Federal, a Fazenda, lógico, não



querem perdoar nada. Lógico que o papel deles é absolutamente não fazer nenhum desconto, mas é aquela situação: temos que de novo tomar uma decisão.

O que o Governo, o que o Estado quer? Quer manter o esporte no País que encampa um monte de responsabilidade para bancar a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos e se esquece desses problemas que são menores. À vista desses dois grandes eventos, quanto investimos? E não resolvemos a base estruturante do esporte.

Então, eu fico muito triste quando vejo que, se nos aprofundarmos em resolver todos os problemas do futebol, de todos os clubes e de todas as confederações, não vamos encontrar nenhum projeto que atenda a todos.

Então, temos que estabelecer alguns limites, e aqueles que entendermos que são possíveis de fazer, que entrem. Por exemplo, a polêmica quanto à formação de atletas. É uma opção. O clube que queira fazer, pegando o exemplo do Walter, do São Paulo e do Flamengo... Se é um ônus formar atleta, porque se diz que a única modalidade que se volta de formação profissional, de resultado econômico e comercial é o futebol...

Então, se é complicado formar atleta olímpico e paraolímpico, lógico, aquele clube que tem já as suas finanças sanadas, não vai desenvolver, não precisa. Mas aquele clube que tem dificuldade, que tem uma dívida grande e que precisa fazer como contrapartida do País que vai ser sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, por que não contribuir com bolsas na formação de atletas? Por que não incentivar o desenvolvimento de outras modalidades? Acreditarmos que algumas modalidades individuais e olímpicas terão patrocínio? Isso nunca acontecerá, porque há modalidades que não têm visibilidade nenhuma na imprensa e nunca terão.

A única forma, se o País quiser desenvolver uma política de esporte, é criar condições para que isso seja feito. De que maneira? De repente, utilizando, sim, também os clubes de futebol para desenvolverem projetos de formação olímpica e paraolímpica como opção. Os clubes que não quiserem fazer que não façam, que paguem com recursos financeiros, seja com vendas de atletas, seja com os seus patrimônios, que encontre maneiras, mas tem que haver um gatilho, porque, caso contrário, não vamos conseguir resolver.



O que eu ouvi pela primeira vez nesta Casa... E, na audiência passada, da semana passada, foi muito claro. Pela primeira vez eu participei de algumas reuniões com os clubes de futebol, e sinto que existe um clima em que os clubes de futebol estão preocupados, sim, em fazer o *fair play* esportivo. Ou seja, eles estão dispostos a concordar com a perda de pontos, com o descenso. Aí vem aqueles que falam: “*Não, mas quem vai conseguir rebaixar o Flamengo ou o Corinthians?*” Ora, se na Europa é feito assim com os clubes, por que não acontecerá aqui? Acontecerá, sim, se todos tiverem regras claras que todos realmente possam cumprir.

Então, existe um momento positivo em que nós temos dois grandes eventos mundiais acontecendo no Brasil. Existe esse clamor da população que gosta do futebol. Existe a intenção desta Casa em propor a discussão de um projeto de lei. Eu acho que nós temos, sim, elementos suficientes — digamos assim — para encontrar mecanismo com bom senso. Volto a repetir, não vai adiantar aprovar nenhum projeto cujo clube não tenha condição de pagar. Se se transformar em uma mensalidade que é inviável, não vai se pagar.

Quero fazer outro registro: “*Ah, mas há a preocupação da fiscalização com relação a quem vai fiscalizar o projeto de formação*”. Ora, gente, a própria imprensa hoje é a nossa fiscalizadora! Temos a CGU, hoje, que controla tudo, controla bilhões e bilhões. Há projetos de vencimento até no exterior. Não vamos conseguir fiscalizar a formação de atletas no Brasil? Não dá para entender, sendo que isso é um processo definitivo.

Creio que não. Acho que existe, sim, a possibilidade de fazer a fiscalização da formação. Os próprios resultados em si do clube, do País, mostrarão se estamos evoluindo ou não.

Então, a minha última fala como fato de reflexão, Srs. Parlamentares, é o seguinte. Eu vou dar um exemplo muito claro para dizer o que o Estado pretende fazer com relação ao esporte do Brasil. Eu acho que se fala muito em legado da Copa do Mundo e principalmente muito em legado dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Foram poucos até agora os instrumentos de legado do esporte que foram efetivados nesses anos que antecederam as construções dos estádios e do Parque Olímpico no Rio de Janeiro.



Eu acho que poderíamos, sim, aproveitar o PROFORTE como um legado para a base, para a formação de atletas no nosso País, para a cultura de formação de atletas olímpicos e paraolímpicos. E quero chamar a atenção para o seguinte: o Governo definitivamente tem que saber se é importante no Brasil a existência de clubes. E eu falo de clubes, não falo só do futebol. Eu falo do clube pequeno, aquele clube de empresa, aquele clube de bairro, aquele clube social. Por que isso? Porque se não se encontrar mecanismos de desonerações com relação a essa atividade, muitos clubes, infelizmente, vão fechar. Está aqui o exemplo do Clube Tietê, na cidade de São Paulo, que foi tomado pela Prefeitura de São Paulo. Um clube centenário, um clube formador de Maria Lenk, uma das maiores atletas da natação do País, de Maria Esther Bueno, a maior tenista brasileira da história. Dói meu coração, saber que a Prefeitura de São Paulo anunciou, na semana passada, que pretende acabar com o Parque Aquático do Tietê, em que foi construída a primeira piscina olímpica no País, em 1934.

Sobrevoem o Tietê e vejam o que aconteceu depois que o Estado assumiu. Estava muito ruim, sim, antes, mas vejam agora. Sobrevoem o clube Tietê e verifiquem o que está acontecendo, a partir do momento em que o Estado encampou aquela área. Então, o que nós temos que saber aqui é isso: o que nós queremos fazer do esporte brasileiro. Se nós vamos continuar discutindo intenções de dirigentes que acabam não se comprometendo e não colocando compromissos e acabam comprometendo a imagem de seus clubes, a sua história e a do esporte brasileiro.

Era o que eu tinha a comentar. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Obrigado, Arialdo. De acordo com o Regimento e com a praxe aqui da Casa, falam primeiramente os autores dos requerimentos, que sou eu, o Deputado Otavio Leite, Deputado Romário, que não se encontra neste momento. E o Deputado Romário já aproveita e também fala como Relator. Em seguida, já estão inscritos os Deputados Deley, André Figueiredo, José Rocha e Alfredo Kaefer.

Walter, eu vou procurar dialogar um pouco aí com as tuas propostas e também te ajudar a tirar alguma dúvida aqui, à medida que for surgindo, pois também tenho lido bastante aqui o projeto. Você consegue abrir um pouco o que



seria a cadeia produtiva do esporte, os principais itens da cadeia produtiva do esporte, porque ainda há uma polêmica sobre isso? Só para a gente ir também consolidando informação e pensamento sobre isso. O Brasil gasta 0,35% do PIB em *marketing* esportivo?

O SR. WALTER DE MATTOS - Eu tenho esse dado, mas não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Eu vou elencar aqui, depois...

O SR. WALTER DE MATTOS - Tem do material esportivo, basicamente a cadeia toda de material...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Você não quer anotar e depois responder para que a gente dê celeridade aqui e todos participem? Eu só tenho dúvida sobre isso. O 0,35% em *marketing* esportivo, comparado aos EUA, que é 5%, é sobre verba de publicidade? Se for sobre o PIB, é um número até que razoável, na medida em que o PIB do esporte é ainda bastante baixo no Brasil. Qual a sua preocupação em relação ao que seria a mistura das modalidades? Eu queria que você aprofundasse um pouco mais o que você pensou. Eu acho que ajudaria também.

E qual é a preocupação com o que seria a chamada contrapartida? Todo mundo vem aqui e fala que precisa de contrapartida e tal. Peço que você também detalhe um pouco mais, porque nós não estamos falando em contrapartida, nós estamos autorizando uma dação em pagamento e também não estamos falando, em momento nenhum, de isenção, de remissão ou de perdão de dívidas. Isso está dentro do Código Tributário e do Código Civil brasileiro.

Na reestruturação, em que você faz as maiores provocações, que eu acho importante aqui para o debate, você advoga a tese do clube empresa? Você acha que isso seria o mais viável para a segurança jurídica, para programas de longo prazo e para atrair investimento? Eu gostaria também que você dissecasse um pouco mais isso. Em relação a desonerar, talvez na linha da premiação que você disse e citou por último o caso do Flamengo com o São Paulo, acho que é até uma tese interessante. Agora, entre desonerar e a gente seguir a imunidade tributária, que, aliás, o seu jornal é beneficiário, por exemplo, eu iria pela imunidade tributária para quem não tem fins lucrativos, em que você estaria trabalhando apenas a



isonomia com a educação, com a saúde, com a assistência social, com as igrejas e com a imprensa brasileira — não só com o esporte, mas também com entidades culturais.

Em relação à curva dos 20 anos da dívida que você analisa, você coloca que os primeiros 3 anos são mais generosos, depois tem uma curva em um ponto mais alto e, no final, é um pouco mais baixo.

O Vilson, que representa a Comissão da CBF, trouxe uma proposta. A grande novidade da proposta dele é a de corrigir por TJLP e não por SELIC. Isso também é um debate a se fazer. Ele está pegando um precedente que está no Senado, que é a correção da dívida pública. Aí é um debate com a Fazenda e com o Governo. Para mim, não teria nenhum problema; mas, se você analisar que, nos primeiros 15 anos, terá desconto quem pagar o mais rápido possível, eu acho que resolve essa dúvida sua. Precisamos, porém, fazer contas, analisar e comparar com a proposta que foi trazida aqui pelo Vilson.

Em relação aos bens de direito do art. 9º, que você disse, e a outros, para ajudar no esclarecimento, todos nós estamos pregando: precisa ser mais arrojado, na linha da responsabilidade de se autorizar por lei, como já autoriza a Lei Pelé, de se avançar em cima dos bens dos diretores, caso haja confusão, caso haja gestão fraudulenta, ou gestão temerária. Isso não tem muita novidade, está na Lei Pelé e estamos reforçando aqui.

Então, neste caso, nós estamos dizendo no projeto que também poderá se avançar em cima de bens de direito. Imagine que você seja diretor do Flamengo e acionista da PETROBRAS. As suas ações, que são bens de direito, poderão ser acionadas numa ação que venha a compensar o eventual prejuízo que você cause ao time ou a seus credores.

O art. 12... Não estou lembrando agora, mas é do esporte. Se você ajudar a relembrar, eu posso aqui comentar também.

Em relação à imunidade tributária, o jornal foi o primeiro a fazer uma matéria sobre isso. Existe uma PEC aqui na Casa de minha autoria que estende a imunidade tributária para as entidades esportivas e culturais. Vai haver, no entanto, um debate e um dilema aqui entre todos nós, e você reforça essa preocupação. Na semana passada, num debate com o Amir e também com outro palestrante da



PLURI que esteve aqui, também foi trazida essa polêmica da segurança jurídica, da seriedade, do profissionalismo. Agora, os dirigentes brasileiros optaram, ao longo dos anos, por não ter clube-empresa; quem tem está um pouco arrependido e um pouco preocupado. É, porém, um debate a se fazer, isso é coisa de 10 anos atrás. O Brasil hoje é outro País, e você mostra, sobretudo, no futebol; mas é um debate a ser seguido. A gente consegue dar essa segurança jurídica que você está propugnando com as entidades sem fins lucrativos? A gente consegue mudar a cultura bancária? E agora eu vivi de perto a experiência do Corinthians com o estádio. Praticamente, nos 43 minutos do segundo tempo é que a gente conseguiu que a Caixa e o BNDES dessem a garantia para o estádio, com a Odebrecht por trás dando também garantia, oferecendo garantia. Mas, mesmo assim, tinha resistência bancária. Tivemos que aprovar no Conselho do Corinthians que uma das garantias para a Caixa, além das receitas do estádio, de criar um fundo a parte, separando todo o ativo do clube social e do clube de futebol, seria a própria sede do Corinthians, que passa pelo conservadorismo financeiro que você disse. Enfim, acho que nós temos um longo debate para se fazer dentro dessas provocações que você traz, que acho bastante interessantes e bastante ousadas. Quero aqui, mais uma vez, agradecer.

Para o Arialdo, eu não vou fazer nenhuma pergunta. Eu concordo com as suas preocupações. Você faz uma fala mais política como dirigente. Acho que tem acompanhado bastante o projeto. Espero que a gente consiga dar ouvido a essas questões que você levanta, que são importantes. Está passando da hora. Não tem que se ter medo de fazer isso. É preciso fazer. Acho que o pior dos mundos é a gente fazer a Copa com essas questões pendentes do futebol e do esporte brasileiro. Isso seria muito mais vergonhoso do que qualquer pressão, qualquer texto, qualquer manchete que venha tentar desviar o foco do que a gente está debatendo aqui.

Ainda por último, Walter, quero, mais uma vez, parabenizá-lo. Você é um dos poucos que leu e releu o projeto. Então, isso também mostra que é um estudioso e que está preocupado com o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Concedo a palavra ao Deputado Otavio Leite.



(Não identificado) - Deputado Otavio Leite, só quero registrar que a FIFA confirmou, agora há pouco, que o Coritiba, no Paraná, está na sede. Estava aí na iminência de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Mas antes a FIFA ligou para o Deputado do Paraná, para perguntar se devia ...

(Não identificado) - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Essa é a melhor notícia do dia.

(Não identificado) - Vou dar uma notícia ruim aqui. A Comissão de Turismo e Desporto foi dividida em duas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Ficou mais fraca.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Vou procurar ser bem objetivo. Há vários colegas que certamente trarão ponderações muito substantivas.

Foram muito boas as ponderações. Fiquei muito satisfeito de ter sugerido o nome do Sr. Walter Mattos, porque ele, de fato, é um estudioso, um apaixonado por essa questão e, certamente, trouxe uma contribuição muito relevante.

Faço apenas uma ponderação inicial quanto à introdução, na qual aborda a globalização e a perspectiva do futebol como elemento que fortalece o Brasil no concerto das Nações. Ao futebol eu agregaria a música também.

Os números não mentem. Se nos últimos oito anos, como disse o Walter, as receitas subiram substantivamente, subiram 235% na média, o que é relevante, por outro lado, as dívidas ampliaram-se em 306%. Então, essa conta não vai fechar nunca. O atoleiro tende a ficar cada vez mais agudo. O que se quer com esse Projeto é um marco zero que olhe para frente, mas que olhe em uma dimensão mais realística.

Nada adianta também uma facilitação inicial, algo que permita um passo adiante, mas que esse passo e quem conduz esse passo tenha uma bomba de efeito retardado que vai, mais adiante, explodir.

A equação tem de ser muito bem feita, para que permita, ao longo dos anos vindouros, que todas as obrigações com o Erário sejam cumpridas. Acho que esse é um pressuposto vitorioso. Qualquer tipo de benefício, qualquer tipo de tratamento



tributário, tal qual se dá para outros setores, virá, necessariamente, acompanhado de obrigações para instituições e para os dirigentes das instituições.

O problema é que nós temos mandatos nos clubes, de uma maneira geral. Por exemplo: a sua sugestão de aceleração de pagamento de dívidas com venda de jogadores vejo como um quesito muito interessante. Nós teremos de criar um atrativo muito grande para que aquela direção não gaste em outra finalidade. Ou seja, limpar a área das dívidas só naquilo que for, absolutamente, necessário para preservar o CND. Do contrário, não vislumbro uma possibilidade muito real de isso acontecer, em função da práxis do que vem sendo a verdade no futebol brasileiro. É a prática como critério da verdade, como dizia o velho Lênin.

Não é fácil encontrar a compreensão de que a saúde financeira, daqui a 10 anos, poderá ser muito melhor se em vez de o dirigente, neste momento, gastar com algum tipo de obra ou com benefícios, mas, sim, com a quitação vindoura de dívidas. Gostaria que o senhor falasse um pouquinho mais sobre essa proposta, que é muito bem feita. Teríamos de criar um mecanismo muito atraente ou carimbarmos um percentual das vendas dos jogadores para essa finalidade. É mais um percentual. Isso pode ser um caminho.

Gostei muito da proposta dos assentos ociosos, porque isso mexe com a base, com a cultura, com a formação de uma consciência do futebol. Não se pode brincar com essa história. Somos o País do futebol, de todos os brasileiros, etc., mas outro dia um grande jornal do Rio de Janeiro estampou na primeira página, com igual relevância, a final do futebol americano. Não tenho nada contra o futebol americano, mas sabemos que está ganhando mais adeptos. Também não temos nada contra isso, mas nós temos de pensar a política futura dos adeptos ao nosso futebol, ao *soccer*.

Falarei das obrigações dos clubes. Aqui se desenhou inicialmente a ideia e a estamos discutindo. Isso é um processo de uma construção de uma consciência e de uma diretriz: a possibilidade de perda de pontos. Houve aqui algumas sustentações bem ponderadas acerca da dificuldade de isso se aplicar na prática. Daí se evoluiu para uma discussão de que a inobservância de um pagamento ao erário implicaria rebaixamento do clube, tal qual existe em outros países. Gostaria que o senhor falasse um pouco mais sobre esse aspecto.



Voltando àquilo que foi o início da nossa ponderação, ou seja: a conta não fecha. Essa conta não fecha. Não há saída. Nós temos de encontrar um horizonte bem longínquo para que os clubes possam assumir essa responsabilidade e, de fato, viver esse novo momento de um marco zero.

Adianto, para que o Dr. Arialdo Boscolo possa falar, que nós queremos abranger todos os clubes. Gostaria que o Dr. Arialdo falasse um pouquinho mais sobre as dívidas dos clubes sociais. Nós sabemos que, por exemplo, no Rio de Janeiro, esses clubes devem muito ou não pagam IPTU. Foi feita uma lei agora que permite a utilização do espaço do clube para a quitação de IPTU, mas dentro de um limite muito pequeno.

Pelo que o senhor entende e compreende, dada a sua participação na CBC, Confederação Brasileira de Clubes, qual é a realidade da saúde financeira dos clubes em face de suas obrigações, de recolhimento de FGTS, de recolhimento de INSS? É o mesmo desenho desse atoleiro de que estamos tratando de forma tão contundente, que é o do futebol?

Era essa a pergunta. Eu fico por aqui, para que outros colegas falem também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Vamos ouvir o Deputado Deley, para devolvermos a palavra à Mesa.

Em seguida, no último bloco, falarão os demais Deputados.

O SR. DEPUTADO DELEY - Obrigado, Sr. Presidente. Saúdo os nossos convidados. É um prazer rever o Walter e o José Geraldo.

Não sei se foi falado aqui, mas, primeiro, quero trazer o nosso repúdio em relação ao que houve com o Tinga na semana passada. Quero também registrar que acho um horror essa competição, essa tal de Libertadores, dentro e fora do campo. É uma coisa animalesca. Fica o nosso registro não só como Deputado, mas também com ex-jogador. Eu não consigo entender esse negócio de arbitragem de Libertadores e arbitragem de Campeonato Nacional. Esse clima animalesco já vem há muito tempo. Espero que alguém tome algum tipo de atitude.

Ouvi praticamente todo o discurso do Walter e, Sr. Presidente, gostaria de tirar uma dúvida: Walter, quando você fala sobre perdão, é porque você entende que esta Comissão estaria propondo o perdão ou é uma proposta sua? Está aqui. Depois você me explica.



O SR. WALTER DE MATTOS – Não. São opções, mas não há dinheiro para se dar...

O SR. DEPUTADO DELEY – Sim. Mas seria uma proposta sua?

O SR. WALTER DE MATTOS – Não, não. Neste momento...

O SR. DEPUTADO DELEY - Ainda bem que o senhor é da imprensa e é amigo do pessoal, porque, senão, eles comeriam o seu fígado. Entendeu? (*Risos.*)

Mas o Walter foi muito feliz e realmente trouxe muitos assuntos importantes.

Outro dia, em uma audiência pública no Rio de Janeiro, encontrei-me com o Presidente do Botafogo e aproveitei para falar com o Eduardo. Na verdade, queiram ou não queiram, o futebol é visto como um segmento marginal. Falei também com o Dr. Vilson, do Coritiba.

Estou vendo o Relator, o Deputado Vicente Candido e vários outros Deputados tentando achar um caminho para que a gente resolva esse problema. Nós vivemos um problema gravíssimo administrativa e tecnicamente. A cada dia mais a coisa piora fora e dentro do campo.

Quer dizer, esse produto futebol, realmente, anda numa crise estupenda. E eu sugeri ao Presidente do Flamengo e ao Dr. Vilson que se reunissem, que eles se juntassem e fossem até a Presidente — mais ou menos, Aivaldo, como a sua sugestão.

A gente precisa saber o que o Governo quer com o esporte, o que o Governo quer com o futebol; se o Governo vai continuar mantendo essa distância ou se ele vai entender que nós estamos falando de um segmento que pode gerar emprego, que é um dos maiores segmentos econômicos e sociais do mundo. Porque tem se que perguntar à Presidente o que ela pode dizer ao pessoal da Receita e aos nossos colegas da Caixa, até porque toda essa situação, claro, é fruto de má gestão ao longo dos anos, mas também — volto a dizer e tenho reafirmado isso — a Timemania foi uma grande armadilha para os clubes, porque havia uma expectativa de se arrecadar 500 milhões; eles confessaram a dívida, e não se chegou a esse valor.

Outro dia eu falei isso aqui para o pessoal da Caixa: entendo — e já falei isso para o Relator e para o Presidente — que nós não podemos deixar a Caixa fora dessa conversa; ela tem que vir, sim, aqui nos ajudar. E não vai ser renovando a



Timemania, que para mim é um produto que não deu resultado e acho muito difícil que dê.

Então, a proposta que nós fizemos é que nós olhássemos para a Mega-Sena, que já é um produto consagrado da Caixa, que ajuda vários segmentos. Então, essa foi uma proposta que nós fizemos aqui dentro desta Comissão.

Walter, eu também gostei muito dessa questão levantada por você, quando você fala de assentos ociosos e criação de sociedade empresarial. Você deve ter acompanhado, quando disputamos uma eleição no Fluminense e tivemos a oportunidade de conversar com alguns setores — com o Ministério Público e alguns setores da área jurídica —, a sugestão, Arialdo, de criação de fundações dentro desses clubes, principalmente esses clubes de marca. Você não estaria renegando a dívida, mas seria, talvez, até a fórmula para uma solução. Eu gostaria de ouvir a sua opinião, porque essa fundação, inclusive, poderia ser fiscalizada pelo Ministério Público, teria um outro CNPJ — e limpo — para que pudesse cuidar dos esportes olímpicos e do clube social, de um modo geral. Eu acho que poderia ser uma saída.

Parece que o Walter também fala, assim como o próprio Arialdo, dessa questão da desoneração. Quando eu digo que nós temos que envolver o Governo e saber o que o Governo quer com o esporte, com o futebol, é porque, no ano passado, por exemplo, o Governo desonerou nesta Casa, ou com a ajuda desta Casa, vários segmentos, na faixa de 43 bilhões!

Então, quer dizer, eu acho que é possível, sim, a gente tratar dessa matéria, em que pese, Walter, volto a dizer, a gente saber que o esporte, o futebol, tem sido tratado como segmento marginal, inclusive por pessoas que vivem do esporte, do futebol. Já ouvi vários comentários que eu lamento muito. Inclusive, houve pessoas que foram convidadas para virem aqui para um bom debate, para um bom combate, que acham que não vai acontecer nada, são pessoas desesperançosas. Quer dizer, eu acho que nós estamos tendo uma oportunidade, sim, de abrir essa discussão.

Eu o parabeno por você estar vindo aqui fazer este debate. A gente sabe que esta Casa, muitas vezes, toma algumas atitudes e alguns caminhos que, realmente, a sociedade repugna, assim como muitos aqui também repugnam. Mas não podemos olhar para esta Casa e achar que tudo está ruim ou que só há



peçoas que, realmente, não estão com intenção de melhorar os segmentos da sociedade brasileira. Então, por isso, também, eu o parabenizo.

E também quero dizer ao Relator e ao próprio Presidente — e acho que o Relator já conhece a proposta —, quando se fala dessa ocupação dos espaços dos clubes por escolas públicas, que nós estamos aqui com o projeto do Vale-Esporte já tramitando — e já está no Senado Federal.

Eu gostaria que o Relator pudesse apreciá-lo. Acho que pode ser também mais um incentivo e mais um instrumento para a gente ocupar os espaços nesses estádios cada dia mais vazios. Para se ter ideia, o projeto é nos mesmos moldes do Vale-Cultura. É a sugestão que eu trago.

Outra sugestão, Relator — e eu gostaria de ouvir a opinião dos nossos convidados —, tem relação com esses clubes que aderirem, Sr. Presidente, ao PROFORTE, no sentido de que eles apresentassem anualmente auditorias independentes de empresas ligadas à CVM, um balanço anual. Eles têm que dar notícia de tudo o que acontece lá dentro. Fica essa outra sugestão para que V.Exa. possa analisar.

No mais, agradeço a presença dos nossos convidados Walter e Arialdo. É a oportunidade que nós temos realmente de discutir tudo.

Perdão, Sr. Presidente, mas tenho outra sugestão, Deputado Relator: nós tivemos três conferências nacionais do esporte e há material muito interessante dentro do que foi produzido nesses trabalhos. Houve chance de reunir vários setores, principalmente dentro do esporte olímpico. Eu tenho certeza que há material muito interessante, e o Relator pode aproveitá-lo.

Para terminar, uma pergunta ao Arialdo: nós tivemos um encontro, no ano passado, para falar sobre aqueles recursos. Eu queria saber se houve um acordo entre todas aquelas entidades que aqui vieram ou se nós chegamos a um bom termo em relação à repartição daqueles recursos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Walter, vê se você consegue sintetizar em 5 minutos. Se precisar um pouco mais, você pode tomar emprestado do Arialdo, porque ele não está usando o tempo todo. Então, a gente negocia já aqui.



O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente, eu queria dar uma sugestão. Tem mais dois inscritos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - São três. A sugestão seria fazer em um bloco só?

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Um bloco só, porque há Deputados que têm compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Há acordo. Então, o próximo orador é o Deputado André Figueiredo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Walter, amigo Arialdo, colegas Deputados, antes de mais nada, quero parabenizar a escolha dos dois palestrantes aqui. Com certeza, parabenizo o Arialdo, pelo respeito que tem e pela dedicação que dá à causa da defesa dos clubes do nosso País; e o Walter, é claro, como um dos maiores estudiosos.

Como bem disseram o Presidente, Vicente Cândido, e o nosso Relator, Deputado Otavio Leite, o nosso Relator, talvez tenha sido ele um dos poucos que tenha lido esse projeto da forma como está colocado.

Eu queria me ater — até para não repetir as mesmas perguntas de alguns colegas, porque o Vicente já fez algumas que seriam até objeto de minhas indagações —, porque me atrai profundamente, ao que foi colocado pelo Walter em relação à reestruturação, pois muito mais do que uma nova Timemania ou o perdão das dívidas, o Brasil precisa de uma reestruturação.

Também me preocupa — eu, lógico, não participei de muitos debates, mas sei que a Comissão teve a preocupação de ir a todas as regiões do País. Eu não pude acompanhar, pois estava na Liderança do PDT até há pouco tempo —, sobremaneira, nos atermos muito aos clubes do Sul e do Sudeste. São os maiores, evidentemente. São os grandes clubes do Brasil.

Para mim, com raríssimas exceções, esses clubes são absolutamente cases que podem ser citados como de um grande fracasso. E digo isso porque, se nós temos um aumento de receita nos últimos anos, como explicitado tanto hoje pelo Walter quanto pelo Almir, na semana passada; ao mesmo tempo temos um aumento



de prejuízo operacional. Então, isso, com certeza, nos faz concluir que o maior problema que tem aí é de gestão.

Mas a gestão só consegue ser exitosa quando tem credibilidade. E a credibilidade não vem à toa; ela precisa, sim, de total apoio, se falarmos em clubes de futebol, daqueles que mais financiam: os torcedores.

Um clube sem torcida não vai ter patrocínio. Um clube que não agregue à sua marca um público, digamos assim, elevado, não vai ter as grandes empresas querendo colocar sua marca naquele clube ou, se o fizer, é porque há, talvez, algum outro interesse de pessoas que estejam à frente daquele clube e que possam ajudar aquela determinada empresa.

Então, o que eu vejo é que hoje a gente precisa, talvez, desfocar mais — lógico, sem esquecer os quatro do Rio de Janeiro, os quatro de São Paulo, os dois do Rio Grande do Sul e os dois de Minas Gerais, que são os dois maiores...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Os dois da Bahia...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO – Quanto aos dois da Bahia, quero dizer que o Vitória não consegue ganhar do Ceará faz tempo. Desculpa, mas com todo o dinheiro que o Vitória ganha, meu amigo José Rocha, está difícil...

Não vou dizer isso, se não levo uma lapada. *(Risos.)*

Mas quando eu coloco que os times do Nordeste não têm a mesma atenção que os clubes do Sul e do Sudeste — e aí envolve Bahia e Vitória, envolve os times de Pernambuco, envolve as equipes do Ceará, do Maranhão, do Pará. E esses clubes fazem milagre, porque até mesmo para se manterem na Série B, pois jogam contra os clubes pequenos de São Paulo, é um desafio muito grande. E se recebemos a mesma quota na Série B, não podemos dizer que temos o mesmo apoio das Federações, porque a Federação Paulista é uma grande potência e para ela deixar um clube cair é difícil. Não sei como se conseguiu fazer com que a Portuguesa perdesse essa causa. Mas perdeu. Talvez, também, o interesse do Fluminense era bem maior.

O que eu quero dizer aqui, na verdade, sintetizando — isso eu falei com o Deputado Otavio Leite —, é que é inadmissível esse fosso de desigualdade que existe entre os clubes do Sul e do Sudeste do Brasil e os clubes do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste do Brasil, excluindo aqueles que são do Clube dos Treze —



no caso, se não me engano, Bahia, Esporte e Vitória. Esses clubes são mais beneficiados, e existe esse fosso enorme com os demais clubes.

Então, se vamos pensar numa lei que beneficia os clubes, vamos trabalhar em duas vertentes: uma, da gestão; e a outra, de nós termos uma espécie de FPE dos clubes de futebol.

Quanto mais rico ou quanto maior a quota televisiva que aquele clube tiver direito, menor os repasses públicos, evidentemente, levando-se em proporção o público daquele Estado, algumas métricas sobre as quais não vou me ater aqui.

Não vou dizer que, se um clube — com todo o respeito aos Estados que têm uma população pequena, vamos dizer, Roraima ou Acre, que merecem todo o nosso respeito — de um Estado como a Bahia, que tem uma população enorme, assim como Pernambuco, Ceará... Então, que nós pudéssemos ter essa métrica para definir, talvez, valores que o poder público pudesse injetar de forma a fazer do futebol esse grande esporte, digamos assim, não apenas de interesse nacional, como um todo, mas de interesse, é claro, intrarregional.

Digo isso porque são dois exemplos. Antigamente, do mesmo jeito que o Walter colocou que hoje os nossos jovens buscam camisas do Barcelona, do Real Madrid ou de outros grandes clubes do futebol europeu, há algum tempo e até hoje ainda persiste, a juventude dos Estados do Norte e do Nordeste, principalmente das cidades do interior, ainda demandam por camisas do Flamengo, do Corinthians, do Vasco, dos clubes do Sul e do Sudeste.

Então, essa dependência, essa visão de uma admiração maior por outros clubes também existe intrarregionalmente no Brasil, o que tem sido extremamente reduzido por conta de alguns fatores.

Primeiro, o televisionamento direto de campeonatos regionais, ou seja, hoje, em vez de você estar assistindo, necessariamente, a um campeonato carioca, estando morando no Ceará, você está assistindo a um campeonato local, jogos locais. Isso facilita o interesse e vale para todos os demais Estados.

Outro fator são competições, como a Copa do Nordeste que, durante anos e anos, foi boicotada pela CBF e que desde o ano passado tem se mostrado um sucesso absoluto de público, inclusive as médias das partidas entre os principais



clubes do Nordeste tem sido maiores do que os próprios campeonatos paulista e carioca, os dois principais campeonatos estaduais do Brasil.

Isso tudo tem que ser valorizado e para ser valorizado, a gente precisa ter essa visão de desconcentração, e aí vai uma sugestão para que o Walter, e o seu jornal, talvez o mais lido no âmbito do esporte, também possa dar um espaço mais democrático aos clubes de outras regiões do País.

Por fim, e aí eu coloco isso no meu projeto de lei — eu queria que ele reforçasse. Quando foi feito aquele Grupo de Trabalho, Deputado José Rocha, designado por V.Exa. para ser o Relator, nós não poderíamos, de forma alguma, provocar uma espécie de *fair play* esportivo, ou penalizar, com eventual rebaixamento, clubes que não cumprissem com suas obrigações.

No máximo, nós poderíamos penalizar, até mesmo pela Lei da Responsabilidade que os gestores públicos têm, os gestores de clubes esportivos que recebessem recursos públicos, mas que sanções esportivas teriam que ser direcionadas, no caso do futebol, pela CBF.

Não conheço, realmente não tenho acompanhado nos últimos tempos, a nova visão, se nós realmente, no âmbito de legislação, poderíamos fazer valer um dispositivo legal dentro de um regulamento interno de uma confederação esportiva. Não sei e gostaria de saber realmente essa informação.

Por último, eu também queria dizer para o Arialdo, porque eu sei que ele acompanhou, e para o próprio Walter: existe um projeto que vai muito ao encontro de todas as necessidades de financiamento da base.

Quando eu falo da base, eu não estou falando apenas daquela onde já há um atleta de alto rendimento despontando. Porque para aquele já tem um financiador, você já vai buscar.

Mas, na base, em âmbito de aprendizagem, tramitou — nós conseguimos — nesta Casa um projeto nosso de 2011. Já tramitou nesta Casa, inclusive na CCJ, e está no Senado Federal, na Comissão de Assuntos Sociais, com a primeira relatoria do Senador Cristovam Buarque, o que vai favorecer muito.

É um programa em que você pode fazer com que as empresas, no âmbito da aprendizagem profissional, sejam obrigadas a cumprir quotas. E algumas delas, especialmente no setor de terceirização de serviços, não têm como alocar o



percentual determinado para isso, a partir de 5% do total de funcionários, podendo chegar até a um percentual maior, que elas não têm como alocar.

Na maioria das vezes, os seus funcionários estão em outras empresas ou até mesmo no serviço público. Então, a sua estrutura administrativa é bem pequena e não comporta. Às vezes, tem 2 mil funcionários terceirizados no setor de limpeza e conservação e tem 15 ou 20 funcionários no seu setor administrativo.

Onde é que ele vai colocar 5% de 3 mil? Não coloca. Então, o que nós sugerimos, e isso já foi aprovado em todas as comissões aqui — e o projeto é terminativo, não precisa ir a Plenário, caso seja mexido no Senado Federal —, é que pudesse ser direcionado para a formação esportiva, tanto no âmbito de atletas quanto no âmbito de gestores esportivos.

Isso vai fazer com que jovens acima de 14 anos possam ter a ajuda de um salário aprendizagem que vai beirar o salário mínimo. Isto é uma verdadeira evolução que não vai onerar em nada as empresas, porque elas podem destinar aquilo dali para os clubes, tanto sociais, para formar na área de esportes que não o futebol, quanto os próprios clubes de futebol, para ser direcionado e para nós termos aí uma grande base sendo treinada.

Para concluir, e não sendo muito bairrista, Dr. Walter, eu queria citar o Case do Ceará. O Ceará participou 2 anos da Primeira Divisão. Talvez ele seja ele o primeiro clube que conseguiu, dentro de um projeto de negociação com cada um dos seus ex-atletas, quitar suas dívidas trabalhistas.

As dívidas são consideradas praticamente impagáveis, na maioria das vezes. Por quê? Porque você tem uma quota da renda retida e só os juros vão sendo muito maiores do que o próprio descaixe dessa retenção de dívidas.

Então, foram negociadas, e eu participava do Conselho Deliberativo à época, várias dívidas do Ceará, como, por exemplo, a do jogador Cláudio Adão, que todos sabem. Ele jogou no Ceará na década de 80 e ainda tinha dívida esportiva sendo descontada no nome do Cláudio Adão. Isto é só para exemplificar. Eram mais de 12 milhões de reais de dívida, que, para um clube como o Ceará, era algo quase que impagável. Conseguiram concluir o pagamento.

O Ceará está na Série B do Brasileiro, recebendo, conseqüentemente, pouco mais de 3 milhões de quota de televisão. Agora, adquiriu o Centro de Treinamento



do Nordeste, um dos maiores centros de formação das categorias de base. Em tese, caso alguma seleção elegeisse Fortaleza como cidade base para a Copa do Mundo, ela seria a principal.

Então, que nós tivéssemos também nesse exemplo de um clube mediano do futebol brasileiro, quando se tem uma boa gestão, uma forma de resolver problemas que, às vezes, são considerados insanáveis.

Por isso que eu volto a dizer: esse PROFORTE, Deputado Otavio Leite... É importantíssimo que nós, lógico, possamos dar condições para que os clubes tantos os sociais, quanto os clubes de futebol possam se desenvolver e se manter, mas também que nós possamos, além de penalizar os maus gestores, valorizar os bons gestores, ou seja, que possamos ter um cadastro positivo desses bons gestores e, conseqüentemente, fazermos com que aqueles exemplos possam ser multiplicados por outros clubes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Ilustre Deputado Vicente Candido, Presidente desta reunião, caro Relator, Deputado Otavio Leite, meu querido amigo, Arialdo Boscolo, Presidente da FENACLUBES, Walter de Mattos, ilustre Presidente do Grupo LANCE, meus colegas Deputados e Deputadas, eu acredito firmemente que nós temos, através do debate do PROFORTE, que encontrar uma saída para os clubes. Mas tem que ser uma saída de mão dupla. Esta Casa não vai resolver o problema dos clubes. São os próprios clubes que têm que resolver os seus problemas.

Eu sou daqueles que têm consciência de que a questão é de gestão. Eu fui presidente de clube e sei o que é a gestão de um clube. A questão é de gestão. Se nós tivermos uma lei de responsabilidade do futebol em que os gestores sejam obrigados a ressarcir o clube com o seu patrimônio, em que a responsabilidade seja do gestor, ele jamais vai fazer dívidas no clube se ele souber que vai ser responsabilizado pessoal e civilmente por essa dívida. Na medida em que o gestor não tem essa responsabilidade, nós vamos ter, nos mais diferentes níveis, mais gestores irresponsáveis, e que vão deixar os clubes quebrados.

Eu sinceramente, como torcedor, não aceito que meu clube seja rebaixado de uma competição para outra por má gestão do dirigente do meu clube. O meu clube



ascende ou descende pelo índice técnico, pelo que fez dentro de campo. Se ele tiver que sofrer o descenso tem que ser pelo índice técnico, e não porque o presidente do meu clube geriu mal o clube. Isto é inaceitável. Nenhum torcedor aceita isso. Não vamos aceitar de maneira nenhuma. Isto é totalmente inaceitável.

Já avançamos aqui na legislação. E eu fui Relator aqui na Comissão da matéria que prevê a não reeleição depois do segundo mandato nos clubes. Foi um grande avanço. Eu acho que a reeleição indefinida cria esse tipo de leniência, de irresponsabilidade. O dirigente que não consegue o título, no desejo de conseguir o título, vai endividando o clube. E aí não consegue conquistar o título, sai do clube e deixa o clube endividado. Avançamos muito nisso. Eu tive a honra de relatar esse projeto aqui, e eu fiz isso quando me elegi Presidente do Conselho do Vitória. No Vitória, nós tínhamos eleições indefinidas. E eu tive a oportunidade de reformar o estatuto do Vitória para não permitir mais de uma reeleição no clube. Tanto que o ex-Presidente, Alex Portela Júnior, não pôde mais se reeleger, porque já tinha sido reeleito uma vez, e aí assumiu o Carlos Falcão. Então, dei esse exemplo dentro do meu clube.

Outra questão que tem que ser debatida, e acho que o LANCE tem se posicionado com relação a ela... Nós temos que discutir a CBF. A CBF utiliza os jogadores dos clubes. Os clubes estão endividados, e a CBF é superavitária, tem dinheiro em caixa. Por que a CBF também não retribui os clubes, já que são os atletas do clube que ela utiliza para formar o patrimônio que a CBF tem? Então, a CBF tinha que participar também disso. Ela está isenta disso, não se fala em CBF, está totalmente fora. Agora, eu tive oportunidade aqui quando relatei a nova alteração da Lei Pelé, de criar o clube formador. Quer dizer, todos os jogadores que jogam lá fora, que são convocados, foram de um clube formador. Então, sobre esses jogadores também que a CBF convoca, o clube formador tem sobre eles um direito de ser, vamos dizer assim, ressarcido ou beneficiado com recursos da CBF. Todos os jogadores convocados tiveram um clube que os formou. Então, acho que essa questão também tem que ser vista.

Outra questão, que eu apresento tanto para o Walter quanto para o Arialdo, e que foi mencionada aqui pelo Deputado André Figueiredo, é que nós criamos um Grupo de Trabalho, quando Presidente da Comissão, no ano passado, justamente



para reformular a Timemania. A Timemania foi criada justamente para solucionar as dívidas fiscais, e pelo que estamos vendo aí, o resultado, ela não foi atrativa para o apostador. A Mega-Sena na semana passada pagou mais de 100 milhões. Por que não uma Mega-Clube, que venha a ter essa mesma *performance* e recursos para resolver essas questões? Vamos criar a Mega-Clube? Por que não? Tem a Mega-Sena, vamos criar a Mega-Clube. Acaba com a Timemania, reestrutura a Timemania numa Mega-Clube. E não é difícil fazer essa reestruturação. Na Mega-Sena são 6 dezenas. Então, cinco dezenas seriam numéricas, e a sexta seria um clube do coração do torcedor. O cara escolhe cinco números. No sexto número, ele escolhe e aposta no clube. Então, eu acho que uma Mega-Clube iria bombar, e com isso não estaríamos discutindo outros caminhos para resolver as dívidas dos clubes.

Tive oportunidade, com a participação do Arialdo, na época, de resolver o problema dos recursos para os clubes sociais, que dão oportunidade de formação de atletas olímpicos, o que, eu acho, é questão resolvida, não há problemas nisso. Mas no futebol, Arialdo, a solução seria melhorar a gestão dos clubes, e essa gestão só vai melhorar realmente com uma lei de responsabilidade. Fora isso, nós vamos ter sérias dificuldades para equacionar essa questão. Resolver o que ficou para trás e criar algo novo para frente. Sempre resolvendo o que ficou para trás e criar algo novo para frente.

Desde quando eu cheguei aqui nesta Casa, há 20 anos, todos os anos discutimos aqui a reestruturação de dívida dos agricultores. Todo ano tem isso aqui: cada empréstimo que se toma é um problema para ser resolvido à frente. Então, isso nunca deixou de ser discutido aqui nesta Casa, em todos os anos em que estive aqui, o refinanciamento da dívida dos agricultores. Por quê? Porque toma o recurso, vai buscar o recurso, a atividade não dá o resultado esperado, torna-se devedor, e aí vamos refinar.

Então, se não encontrarmos uma solução definitiva para esse problema, uma solução que venha coibir que essa má gestão aconteça, que crie uma responsabilidade para o dirigente, nós vamos ficar aqui todos os anos discutindo o PROFORTE, discutindo sempre essa mesma questão.

Era isso que eu queria dizer, e agradeço a oportunidade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Obrigado, Deputado José Rocha. Deputado Alfredo Kaefer. Se tiver alguma questão para o Walter, vamos dialogando já com o Arialdo.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Serei breve, só queria reiterar afirmativas que fiz aqui em outros momentos, que corroboram o que eu ouvi dos expositores. Uma delas é que nós não vamos conseguir resolver o problema das dívidas do passado se nós mantivermos, por exemplo, a taxa SELIC. Nenhum REFIS no Brasil deu certo com a taxa Selic, um encargo financeiro, e não um indexador de inflação.

Outro aspecto: dificilmente se conseguirá êxito numa recomposição se se parcelar em prazos. O REFIS que deu certo para empresas foi aquele que destinou uma porcentagem do valor dele. Não importa quanto tempo seja. Os nossos clubes, os tradicionais, já passaram de 100 anos, e certamente vão durar outros 100 ou, quem sabe, muito mais do que isso. Então, se eles tiverem dívidas de 20, de 30, de 50 ou de 70 anos, 50 anos é melhor do que nunca, e é a forma com que nós conseguiríamos resolver isso. Então, a indexação tem que ser inflacionária, e não financeira.

Eu concordo plenamente que há que ter uma reponsabilidade fiscal, porque não é possível, se as nossas condições não permitem isso, não se pode pagar 200, 300, 400 mil reais por um salário de treinador ou de atleta por mês, se isso está fora da realidade. Então, eu vou colocar essas minhas ideias, todas elas, em emendas. Vou participar do projeto, e acho que esta é a forma que nós temos.

Eu ouvi o depoimento do Deputado Jovair Arantes, um relato da modalidade que se tem nos Estados Unidos, com ligas independentes. Isto também é algo que me atrai bastante. Temos a CBF como uma espécie de agência reguladora do futebol brasileiro e permitir que haja ligas independentes, principalmente uma liga profissional que administre a primeira e a segunda séries, ou a terceira, ou algo assim. Então, eu acho que nós conseguiremos resolver esse problema do esporte...

Temos que fazer um marco regulatório legal de tal forma que consigamos atingir esses objetivos.

Eu disse aqui, outro dia, que eu jamais imaginava ter que influir e palpitar numa tabela de um campeonato brasileiro ou na modalidade de como se disputam



os campeonatos brasileiros. Mas na medida em que nós, Parlamentares, somos chamados a buscarmos resolução num passivo, no passado, e numa resolução para o futuro, nós também temos que ter a condição de dizer: o caminho é este, o caminho é aquele para buscarmos uma equação, uma resolução para algo que é importante, que são as dívidas crônicas do futebol, não diferentes de como foram aqui tratadas, por exemplo, as dívidas das Santas Casas, para as quais aparentemente está se buscando uma solução.

Falou aqui o Deputado José Rocha das dívidas da agricultura. Mas, há alguns anos, o Congresso, através de alguns caminhos, conseguiu equacionar o problema crônico da dívida da agricultura brasileira. Ela não vai acabar de vez, sempre haverá dívidas que vão ficar, por alguma situação de seca ou por algum contingenciamento eventual, setorial ou coisa assim, mas, de forma macro, as dívidas da agricultura foram resolvidas aqui pelos “PESA da vida”, por exemplo. Agora há pouco resolveram-se problemas que, no meu entendimento, eram descabidos, quando se concedeu REFIS para seguradora e para banco. Então, por que não REFIS do esporte? Mas que se dê realmente para se resolver. Da mesma forma, nós ainda temos o problema crônico também que é o REFIS das empresas, porque a maioria delas entrou no processo de parcelamento e enroscou, principalmente porque uma SELIC de 10,5% ou 11%, num momento em que a inflação está em 5,5% ou 6%, em 2 ou 3 anos, vira uma bola de neve, e não se paga sequer mais uma titica dos juros, quanto mais o principal dela.

Então, eu quero contribuir com essa minha tese. Não sou um grande especialista de esporte, de futebol, mas já fui presidente do clube da minha cidade, que também sucumbiu, e um deles está paralisado há 20 anos, e até hoje, nós, dirigentes, estamos lá respondendo pelas dívidas trabalhistas e fiscais, e assim por diante.

Então, entendo que temos que isentar da SELIC estratosférica dívida passada, buscar solução compatível de longo prazo e uma responsabilidade fiscal para os clubes, não só para os clubes, mas com os próprios associados. É assim. Os sócios de uma empresa são responsáveis solidários pelas dívidas das empresas. Não é diferente nas cooperativas. No momento em que nós colocarmos os



associados do clube como responsáveis por dívida, eles certamente escolherão com muito mais responsabilidade os seus dirigentes.

Era essa, Deputado Otavio, a minha contribuição nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Obrigado, Deputado Alfredo.

Agora, de volta à Mesa, a palavra está com o Walter.

O SR. WALTER DE MATTOS - Em primeiro lugar, quero me desculpar com o Deputado José Rocha e o Deputado Alfredo Kaefer; eu me ausentei um pouco aqui, mas foi necessidade fisiológica mesmo.

Voltando, eu vou tentar juntar as várias perguntas e fazer algumas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - V.Sa. tem um tempo maior agora, porque já estamos no fechamento da reunião.

O SR. WALTER DE MATTOS - Eu vou começar por uma questão — e depois, na fala dos Deputados aqui que se manifestaram, se não foi unânime, apareceu com bastante incidência —, que é a atribuição, a responsabilidade pela situação atual a um problema de gestão. Eu ouvi isso aqui. É a ideia de que eu também compartilho. Eu aprendi na vida que, se o sistema está errado, se o conceito está errado, a gente não consegue dar jeito nisso, porque vai dar sempre errado e vai repetir o defeito, hoje dá um defeito, amanhã dá outro defeito, porque o sistema está errado. É nesse sentido que eu chamei a atenção para um marco zero, para uma nova ordem jurídica e para um sistema de governança diferente.

Eu gostei muito do final da fala do Deputado Alfredo, quando ele se manifestou com muita racionalidade. Eu diria em outras palavras, se não arde, se não tem consequência para o associado, ele não está preocupado, elege um. O irresponsável, que ganha eventualmente um título, vai receber o voto dele. Eu chamo à reflexão: o nosso sistema é feito para que o idiota, o burro seja aquele que é o austero, que é o prudente. O dirigente que se esforça, que contém os salários, que contém a folha de pagamentos, que procura pagar tudo em dia, esse dirigente, na atual situação do futebol brasileiro, não conseguirá montar um time competitivo, porque esse é um regime desfavorável competitivamente frente àquele que gasta, que contrata sem a preocupação de realmente pagar. Isso eu tenho que reconhecer



que vem melhorando; eu acho que a qualidade média vem melhorando, mas tem sido insuficiente a melhora, porque se acumulou uma bola de neve, e a gente não teve nem melhora suficiente nem dá conta dessa bola de neve que foi acumulada. Então, eu acho que, se a gente usar a lógica de que a responsabilização é a coisa fundamental, a gente começa bem.

Um sistema que não tenha a responsabilização tende a ter o coração como imperativo. É assim: aquele dirigente que contrata mal, que busca aquele jogador, aquele centroavante; no meio do campeonato, machuca-se um, e ele vai buscar um caríssimo; e aí há três treinadores na folha, tudo isso; se ele ganha o título, ele entra para a história do clube. Ele vai sair à rua, e os caras vão lhe dar tapinha, “*Presidente!*”, e tal. Ele vai para o campo, ganha faixa, não é isso? Agora, aquele que foi austero e procurou fazer a sua obrigação, nesse regime, ele nunca vai ganhar; daqui a pouco ele estará sendo rebaixado.

Então, o sistema não é um sistema virtuoso; ele é um sistema punitivo daquele que quiser fazer as coisas direito. Então, essa é uma premissa. E aí eu volto à questão que foi indagada pelo Deputado Vicente — eu acho que outro Deputado também a mencionou —, para eu elaborar um pouquinho sobre o futebol empresa. Eu diria que não é o clube empresa, é o futebol empresa. A preliminar é que não tem nada a ver com as atividades sociais.

O clube que é atividade social, o time que tem um clube de tênis, que não tem e não exerce uma atividade mercantil, este continua organizando-se, como na Constituição brasileira, com liberdade, da maneira como ele bem entender. Aquele que exerce uma atividade mercantil também pode continuar a funcionar do jeito que ele quiser, desde que ele não queira as benesses do Estado; desde que ele não queira uma desoneração; desde que ele não queira que um ingresso, pago pelo Estado, vá para um jovem na escola, que vá abater da sua dívida; desde que, em uma série de benefícios, ele não toque nesses benefícios. Estamos num Estado Democrático de Direito; que ele continue assim, mas esteja preparado, e a sociedade brasileira esteja preparada, para prender o dirigente por retenção ilegal pelo — como se chama o instituto? — não recolhimento, apropriação indébita.

No Chile, por exemplo — é um caso que eu recomendaria à Comissão, se puder; eu tenho conhecimento, mas não me considero um especialista —, eles



fizeram o seguinte. Eles não fecharam um Flamengo, como alguém disse aqui, ou um Bahia. Eu também não gostaria de ver nem advogo isso. Eu advogo que possa haver uma intervenção, que possa haver, sim, uma intervenção, exemplar.

Então, os clubes que não estão cumprindo... Banco sofre intervenção — de empresa de outros setores da economia poderá ser pedida a falência, se ela não conseguir uma recuperação judicial — por que não clube?

No Chile, por exemplo, fez-se um concurso público para empresas irem administrar o clube. O Estado botou um interventor e depois fez um concurso público para empresas que quisessem gerir o clube, com determinadas metas e com percentuais, como se fosse um PROER, como se fosse um percentual para dedicar, para aquele passivo anterior. Então, há maneiras de se criar um marco zero, um marco moral, um marco que vá criar os incentivos corretos, como eu advogo.

O futebol empresa, como eu digo, tem a razão jurídica, que é pode se criar um regime de punições e de responsabilizações com base no Código Comercial, que já recebe esse tipo de punição, por exemplo, na gestão temerária e em uma série de coisas, o que na entidade associativa e no regime jurídico atual não é possível ou não acontece de fato.

Eu não advogo aqui que os clubes sejam vendidos, quero deixar isso bem claro. Um clube pode, se os seus associados, que são os seus acionistas, decidirem, vender 20% ou 50%, a um investidor; o que seja eles podem vender. Aqui não está proposto isso. Está proposto que se crie uma entidade empresarial, num primeiro momento totalmente controlada pelo clube, mas que tenha dirigentes, responsabilidades todas dentro do Código Comercial, dentro de um novo regime, e não do regime associativo.

E aí tem que haver uma regra de separação de passivos e ativos. Como eu disse, a minha fala não era uma fala para simplificar, mas sim para trazer talvez outros aspectos. Esse regime separaria os clubes que têm aquela atividade social totalmente. E essa entidade empresarial teria — a gente pode falar de várias maneiras —, por exemplo, uso de marcas e símbolos, o plantel, tudo isso, por 100 anos, para fazer jus à atividade comercial que tem que desenvolver a partir daquele momento. E ele arcaria com as dívidas, e a partir daí teria uma responsabilidade de



pagamento daquelas dívidas, na forma como for decidida ou na forma como saiu a lei que se pretende que saia daqui.

Então, essa é a primeira consideração. Ela é voluntária, ela cria um novo marco. Embora não esteja como pressuposto que o clube vá vender, aí se pode começar uma nova era com atração de investidores, investidores que possam ajudar, injetando capital, a pagar esse endividamento e a criar um novo ciclo de investimento nos clubes brasileiros.

O clube brasileiro vende o jantar para pagar o almoço. Todo mundo sabe disso. Se a gente não interromper isso, essa saída dos jogadores, essa situação de não poder ter um estádio, não ter manutenção, não vai acabar.

Então, eu não estou aqui advogando punições para os clubes, eu estou advogando que a gente construa um marco zero e, a partir daí, tenha responsabilidade. Mas a gente cria uma coisa factível, como eu chamei, de pagamento.

Eu vou dar um exemplo entrando na matemática a que o Deputado paranaense se referiu. Vou usar o Botafogo — poderia usar o Fluminense, mas o Fluminense tem essa situação da UNIMED —, o Vasco da Gama: 400 milhões de reais de dívida. Daqui para ali, vamos falar de 400 milhões de reais de dívida. Só com a SELIC são 40 milhões de reais por ano. É impagável! É, mas, vamos dizer, ele tem um orçamento de 150 milhões de reais!

Se a gente não criar uma situação que tenha, junto com a responsabilidade... A minha opinião, a nossa posição é irrelevante, mas a sociedade brasileira não aceitará uma situação que não cria essa responsabilidade para dar os benefícios que os clubes precisam. Esse é o meu entendimento.

Se esta Casa, se o Congresso resolver dar esse benefício sem cobrar responsabilidade, será responsável por uma nova crise que vai acontecer, e a sociedade vai apontar o dedo e dizer: *“Deram de novo benesses e não cobraram responsabilidade”*.

Então, é impossível pagar esse endividamento sem uma situação de um juro mais baixo, um juro cadente e algum benefício que ele vá adquirindo a partir do momento que ele cumpra o regramento que for estabelecido.



Então, um percentual da receita é imperioso. Eu imagino — seria em outro momento —, estou me aventurando aqui a falar de 10%.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Com a reestruturação da Timemania, o senhor não acha que seria uma maneira de pagar?

O SR. WALTER DE MATTOS - Não acredito, porque não acho que... Eu não sou um especialista, então não quero comentar proposta aqui da loteria, sua mesmo. Eu não sou especialista; teria que conversar com o pessoal da Caixa, que na época, em *off*, falava para a imprensa, e falou para nós, que não arrecadaria. Vários especialistas anteciparam que não se arrecadaria aquele dinheiro que o Governo ou o Ministro Agnelo, todo mundo que trabalhou naquilo propagandeou.

O SR. DEPUTADO DELEY - Eles mesmos vieram falar que arrecadaria.

O SR. WALTER DE MATTOS - Mas eles falavam em *off* que não arrecadaria.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - A Timemania não arrecada. Agora, por que a Mega-Sena arrecada?

O SR. WALTER DE MATTOS - De novo, eu não sou um especialista. Eu advogaria... A discussão dos esportes olímpicos, além de uma ampliação da Lei de Incentivo ao Esporte... Aí eu me irmano com o Sr. Arialdo no sentido da preocupação com esse monoteísmo. Eu chamo monoteísmo; só há um deus, o futebol. Isso seria objeto de outra conversa. Eu me preocupo muito, me preocupo com o fato de as Olimpíadas estarem avizinhando, e não termos feito o dever de casa. Desculpe-me por eu não entrar nisso agora; senão, não consigo nem concluir os questionamentos.

Só quero manifestar que eu tenho a mesma opinião. Tenho a mesma opinião de que o Governo já deveria há muito tempo ter uma proposta para o futebol brasileiro — acho que é tardio —, mas também não seria advogado de fazer uma coisa na correria e no atropelo, simplesmente porque temos uma Copa do Mundo ali. É melhor fazer uma coisa mais bem feita.

Então, a razão da sociedade empresarial é porque ela muda o sistema. E a gente começa uma nova era. E ela, principalmente, possibilita que os clubes inaugurem...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Walter, só um aparte: juridicamente, V.Sa. advoga uma SPE dentro de uma organização de um clube? Ou um fundo dentro da organização?

O SR. WALTER DE MATTOS - Eu advogo a criação da sociedade empresarial do futebol. Na Europa, criaram sociedades anônimas desportivas. Aqui não é preciso ser anônima. Essa é outra questão. Eu não entraria nesse... Seria objeto também... Teria que chamar, como um dos colegas dos senhores levantou... Eu questionei se é passível de implementação essa responsabilidade, por exemplo, da perda de pontos ou da competição, sem isso estar no regramento da competição. Seria desejável, mas não sei se é possível. Então, acho que a gente deveria encontrar outros caminhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Não, o que está escrito hoje se remete para o TJD. Só que a própria CBF mandou outra proposta que vai ligar com a CND. Quem não tem a CND está fora do certame. Não é novidade, a Europa está fazendo isso e o Japão também. É mais prático e mais objetivo, e eu acho que cabe aqui; é mais adequado para o Direito Positivo.

O SR. WALTER DE MATTOS - Eu gosto da ideia. Contudo, a CBF é uma entidade que pode fazer esse regramento hoje, e daqui a 3 anos uma nova diretoria mudar o seu estatuto e tirar isso de lá.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. WALTER DE MATTOS - Não, mas na lei, dependendo da validação, dentro da competição, não é? É isso que eu estou questionando. Eu não sou capaz de me aprofundar, porque não domino a matéria.

Então, eu entendo que a sociedade empresarial trabalha na questão da segurança jurídica, na questão da responsabilização e na questão de atração de patrocínios e investidores, que seria uma necessidade para o futebol brasileiro, no meu entender.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Meu caro Walter, a sociedade empresarial um xeique compra e quebra; quebrou o clube inglês; comprou e está quebrado. Foi um xeique.

O SR. DEPUTADO DELEY - Xeique não quebra, Deputado Zé — nunca vi.



O SR. WALTER DE MATTOS - Deputado, eu sou a favor da liberdade. Primeiro, pode-se botar índice de endividamento. É possível colocar — é uma ideia; a gente tem muita reflexão sobre isso — que, ao adquirir o controle de um clube de futebol, o proprietário não possa endividá-lo além de certo ponto, por exemplo, para evitar ele abandonar depois e deixar o clube... Se ele quiser, ele se endivida com o pessoal ou na empresa dele, que controla. Isso está em discussão.

A gente tem a vantagem de ter visto erros que foram cometidos em outros países. Estamos atrasados, vamos aproveitar essa vantagem.

Por exemplo, os torcedores do Chelsea, só para terminar...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - O Vitória, clube baiano, o meu clube, fez isso e não deu certo.

O SR. WALTER DE MATTOS - Foi muito malfeito. Essa é outra discussão. Não é o remédio que é ruim, a aplicação do remédio é que foi ruim.

Os torcedores do Chelsea adoram o Sr. Abramovich. E ele paga os impostos em dia. Nós temos que discutir isso. O que queremos?

Eu prefiro que não haja um bilionário russo que venha comprar, mas disso a gente deveria tratar no sentido da proteção do clube. Agora, eu prefiro um grêmio de propriedade do Sr. Jorge Gerdau que pague os seus impostos a um grêmio associativo, só para dar um exemplo, em que não se paguem os impostos e ninguém é responsabilizado, e aí vêm 5 bilhões de reais aqui para esta Casa destinar que poderiam ser destinados a outros fins.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - É melhor um grêmio associativo que seja dirigido pelo seu corpo associativo e que pague os impostos em dia. Eu dirigi o Vitória, paguei em dia em todo o meu tempo e ainda construí um estádio.

O SR. DEPUTADO DELEY - Mas essa não é a realidade. Perdoe-me, Deputado Zé.

O SR. WALTER DE MATTOS - Eu sinto que não é assim que funciona.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - V.Exa. é um ponto fora da curva; é por isso que é um bom Deputado nesta Casa.

O SR. DEPUTADO DELEY - Walter, desculpe-me, dentro do que está falando: os times ingleses, todos eles não têm um dono?

O SR. WALTER DE MATTOS - Todos eles?



O SR. DEPUTADO DELEY - A grande maioria tem um dono.

O SR. WALTER DE MATTOS - Têm um dono?

O SR. DEPUTADO DELEY - Os ingleses.

O SR. WALTER DE MATTOS - Não, os clubes do mundo inteiro têm dono. São dois ou três que não têm dono, entre os maiores clubes do mundo. Essas são as exceções. Mas eles, quando compram jogador, quando fazem o estádio, assinam o aval; eles têm responsabilidade. O Fisco sabe o endereço, sabe o que vai tomar dele. Aqui, não; os nossos dirigentes ficam com o bônus de serem dirigentes, de chegarem a um restaurante e serem reconhecidos e aparecerem na imprensa, e aí se mandam e deixam o clube falido. O que o senhor prefere?

Eu também gostaria de acreditar num mundo perfeito, mas, infelizmente, a raça humana não é assim. Quando não há punição, as pessoas se comportam como é melhor para elas. É isso que a gente tem visto.

Eu queria só terminar a resposta aos pontos que foram provocados. A imunidade tributária o senhor mencionou. A imprensa tem imunidade tributária sobre o seu produto. O futebol também tem. A imprensa paga as contribuições, que eu estou aqui propondo inclusive que sejam reduzidas as dos clubes, e paga Imposto de Renda quando tem lucro.

O que eu defendo é que os clubes não possam, ao ir para a sociedade empresarial, ir para uma situação pior do que têm hoje. Eles têm que ir para uma situação de vantagem. Essa é a cenoura. Eles têm que ir para a sociedade empresarial, na qual eles vão ser mais facilmente responsabilizáveis, mas com vantagens, porque a gente está vendo que essa economia precisa dessa ajuda nesse momento.

Reduzir a carga tributária dos clubes é possível. E isso seria uma parte da contribuição para pagar essas prestações. Por exemplo, um clube que fatura 400 milhões de reais, ou 300 milhões de reais — só estou dando exemplo dos maiores —, ou 100 milhões de reais. Se você tirar 3% de 100 milhões de reais, você tira 3 milhões de reais do ano dele; se você tirar 3% de um clube de 200 milhões de reais, você tira 6 milhões de reais.

Então, a solução da redução dos juros com alguma forma de pagar a dívida com a desoneração deveria fazer parte dessa cesta de solução. Não é preciso fazer



conta. Mas não se pode ser ingênuo de achar que, ao botar uma dívida de 400 milhões de reais com a SELIC... O clube não vai pagar nunca, está claro. Nem o de duzentos milhões vai ter condições de pagar.

Bens e direitos: eu dei o exemplo aqui do Chile como uma solução, mas eu acho que os bens e direitos vêm quando a gente muda o regime jurídico, quando alguém, como eu, se não fizer o recolhimento numa ação trabalhista, pegam o meu apartamento, pegam os meus bens. Então, num regime jurídico diferente, isso já é resolvido.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. WALTER DE MATTOS - Acelerar o pagamento de dívida é um percentual. Exatamente, o Deputado matou.

É a gente determinar isto, por exemplo: você tem 20 anos, está dando uma prestação muito baixa, você está numa condição de pai para filho, mas, se esse filho fica rico de repente, não é justo que ele continue tendo essa condição tão favorável. Então, o que a gente faria: iria pagando as últimas prestações. Por exemplo, vendeu-se um jogador, e 25% daquele... Em geral, vende-se o jogador para o exterior, ou se exige um registro. Minha presunção é que a maioria do dinheiro é todo por dentro, registrado em contrato, e um percentual deste vai imediatamente carimbado para pagamento das últimas prestações. Com isso, você vai, digamos, diminuindo o ônus da sociedade brasileira ao ter feito esse refinanciamento em condições muito vantajosas. Acho que ninguém poderia reclamar disso. Se amanhã se revela um Neymar e é vendido por 30 milhões de reais, é um dinheiro novo, você fica com a maior parte dele para reinvestir. Mas uma parte é justo que seja paga a esses que estão sendo financiados muito barato.

O Deputado perguntou sobre a cadeia produtiva. Aquele 0,35% é 0,35% do dólar para cada mil dólares de PIB; eu usei dois números diferentes. Deixe-me explicar. Primeiro, o Brasil tem 2% do seu PIB com esporte, podia ser bem mais, então esse é um dado. A gente está crescendo, crescendo muito e pode crescer mais. Segundo, só para dar um exemplo, em patrocínio, enquanto outros países têm um dólar, aqui a gente tem 0,35% em relação a cada mil dólares; nós estamos numa escala também muito inferior. É só para reforçar essa tese de que o esporte ainda não ocupa o espaço que ele poderia ocupar na economia brasileira.



Sobre as modalidades olímpicas *versus* futebol eu já me manifestei. Só quero reforçar que eu sou completamente preocupado, solidário com a preocupação do esporte olímpico. Eu só não acho que a gente deva misturá-los. Discordando do Sr. Arialdo, pedindo permissão para discordar, acho que as questões de fiscalização são seriíssimas. Esse é um sistema muito amadorístico, nós vamos ver escândalos e mais escândalos se formos por esse caminho. Eu acho que a gente tem condições de resolver e discutir a questão do esporte olímpico brasileiro sem vincular com a solução do futebol. Não deveríamos vincular isso. E aí talvez uma loteria seja mais apropriada. Há outros caminhos.

Eu me permito dizer o seguinte: aqueles que não encontram patrocínio de jeito nenhum também não vão encontrar aqui, porque o clube vai achar mais fácil fazer uma equipe de basquete, ou uma equipe que tenha um esporte com mais visibilidade na mídia, porque é onde ele vai ter atração de mais garotos, do que de arremesso de disco, daquele esporte que já, naturalmente, envolve mais dificuldade. É a seleção natural; você não vai conseguir encaminhar para aqueles que realmente vão ter muita dificuldade. Eles vão continuar sem dinheiro nenhum, a não ser que se faça mandatório que se invista em determinado esporte. Aí nós estaremos criando um intervencionismo ainda maior.

O Deputado Otavio mencionou a questão de venda de jogador. Eu já tratei disso. Sobre o rebaixamento, eu acho que, se for factível, o tamanho do porrete sendo maior, há mais chance de a gente conseguir que o pessoal se endireite.

O vale-esporte, Deputado Deley, acho que pode ser. Quando sugeri os assentos ociosos, eu dei um conceito.

O SR. DEPUTADO DELEY - Não, é outra coisa, mais uma coisa...

O SR. WALTER DE MATTOS - Não, não, mas ela pode ser a solução, pode ser pensado nesta linha. Por exemplo, o que a gente está falando é que o clube tem um ativo que não está sendo utilizado; é um avião que larga com 10 assentos vazios, num estádio que tem só 30% de ocupação em média. O clube tem uma dívida. Vamos dizer, o Estado brasileiro deseja que mais jovens vão ao estádio e usufruam daquele programa maravilhoso, daquela coisa saudável, que é um estádio de futebol — e estamos construindo o torcedor do futuro. Então, nada mais do que natural de aproveitar esse recurso ocioso, e, já que a gente viu que é difícil para o



clube, só com o dinheiro dele, pagar essas dívidas grandes, a gente está dando mais um benefício. De uma parte se reserva, por exemplo, 5%, o clube é que determina e diz: *“Olha, nesse jogo aqui, de sábado, vou alocar 5 mil ingressos”*. É claro que isso é feito com planejamento. E esses 5 mil ingressos são a 20 reais, a 10 reais. Com isso, estamos falando que, ao longo de um mês, um clube pode ter, sei lá, 80 mil, 100 mil ingressos, e isso gera uma receita que, ao longo do ano, pode gerar uma contrapartida de 4 milhões, 5 milhões, 6 milhões de reais para o pagamento das prestações.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Mas, olhe bem, o caminho natural não é o clube ter seu estádio para fazer isso, o caminho natural é os clubes transformarem seus estádios em arenas. Hoje temos arenas que não podem fazer isso; arena é uma empresa que não vai fazer filantropia para ninguém.

O SR. WALTER DE MATTOS - A arena também tem espaços ociosos e ela pode, em acordo com o clube, ter isso como compensação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Vamos ver se elas vão aceitar.

O SR. WALTER DE MATTOS - O assento está ocioso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Se a aviação aérea colocar suas cadeiras ociosas nesse nível, isso será uma beleza.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Deputado José Rocha, pelo que observei da proposta...

O SR. WALTER DE MATTOS - Se as empresas aéreas tivessem uma dívida impagável e lhes fosse dada a chance de pagar com as cadeiras ociosas, tenho certeza de que elas adorariam.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Veja bem, o espaço ocioso tem valor. Então, ao preencher esse espaço ocioso, o clube de uma forma direta vai poder abater o seu débito com o Governo. O que se propõe com isso? Propõe-se pôr mais pessoas nos estádios. Você forma torcedor. É uma ideia.

O SR. WALTER DE MATTOS - E jovens.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Agora, os que têm gestão privada...

O SR. WALTER DE MATTOS - Talvez carentes.



O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Mas é uma questão de você estimular e de verificar onde isso pode se aplicar. E o proprietário da arena tem que ver a forma como ele entra nisso aí também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Vou devolver a palavra para o Walter.

O SR. WALTER DE MATTOS - Isso. Eu queria voltar ao...

O SR. DEPUTADO DELEY - Vou devolver a palavra. Mas essa ocupação seria abatendo na dívida? É só isso.

O SR. WALTER DE MATTOS - Exatamente. Você dá um valor para esse ingresso, dependendo da importância do jogo, e o clube age exatamente na linha do que o Deputado falou: se eu sou uma companhia aérea e tenho uma dívida, eu tenho 20 ingressos, esses 20 assentos eu vou usar como um vale para pagar parte da dívida, porque cada ingresso aqui que eu cedi valeu 100 reais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Quem vai pagar esse ingresso ocioso?

O SR. WALTER DE MATTOS - O ingresso é ocioso, ele está ocioso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Está ocioso. Quem vai pagar?

O SR. WALTER DE MATTOS - O Estado brasileiro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Ah, o Estado vai pagar isso?

O SR. WALTER DE MATTOS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Mas que beleza!

O SR. WALTER DE MATTOS - Abatendo na dívida.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Mas que beleza o Estado sendo uma grande mãe!

O SR. WALTER DE MATTOS - O Estado está proporcionando isso para jovens que não têm condições de ir ao estádio. O senhor pode discordar, eu só estou elaborando a minha ideia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Eu discordo frontalmente! Eu acho que o Estado não pode anistiar nada nem ser mãe de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Vamos fazer o seguinte, Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Atividade empresarial, meu caro Walter, tem que se autogerir.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Não dando prazo regimental aqui, convidamos o Walter para jantar para ele conseguir nos convencer das ideias boas e polêmicas.

O SR. WALTER DE MATTOS - Podemos fazer isso.

Com relação às ponderações do Deputado André, eu estou de acordo que temos que pensar num sistema que seja para todos os clubes. Agora, as propostas que têm aqui são horizontais. Eu falei inclusive do calendário, que o calendário é um grande problema para todos os clubes, e eu acredito que tudo funciona como em uma pirâmide. Se você não tem o topo da pirâmide saudável, muito menos vai ter embaixo.

No sistema inglês, por exemplo, o campeonato de segunda divisão, que eles chamam de First Division, é o segundo campeonato; depois do alemão, está o inglês, de primeira divisão; ele é o terceiro campeonato de maior média de público, porque resolveram primeiro, e aí tem atração, que, se o cara não consegue ir ao jogo — no estádio são 96% de taxa de ocupação —, ele vai ao da outra divisão também. Então, você começa a espalhar riqueza pra baixo.

No LANCE a gente procura cobrir bastante os clubes do Brasil inteiro. Temos uma situação de cobertura e de espaço para todo mundo, tanto no papel, quanto na Internet, que tem mais espaço. Eu acho que no caso do Ceará que me foi relatado aqui — e vou até pedir uma matéria, porque eu achei muito interessante a descrição dessa quitação das dívidas trabalhistas —, é tão raro um clube conseguir fazer isso.

O Deputado José Rocha falou da lei de responsabilidade do futebol. Eu estou obviamente concordando, a gente precisa fazer um marco zero. E é preciso ter limite de gastos. Não há a menor possibilidade de os clubes serem clubes cidadãos se não for imposto um limite de gasto. Não há a menor possibilidade de serem atrativos para investidores, o que pode não ser o desejo de todo mundo, mas eu acredito num sistema como esse. Não precisa vender o jogador para *sheik* árabe, mas pode vendê-lo para brasileiro. Se eles tiverem um limite de gastos, porque, se não há limite de gasto, o dirigente... Existem livros, existe literatura no mundo inteiro sobre isso. Tem gente que discute se é negócio, se não é negócio. Não é negócio se o cara, sempre que tiver dinheiro, gastar tudo o que tiver.



Os esportes americanos são um negócio, porque têm uma imposição de limite de gasto. Não é que ele não possa pagar um gasto maior para o Michael Jordan, mas ele tem que economizar em outros jogadores. O time não pode gastar mais do que certo percentual das suas receitas. E aqui a gente precisa combinar as duas coisas: o gasto geral e o gasto da folha do futebol. Escrevi sobre isso nesse domingo; tem que ser um pouco mais sofisticado, não dá para ser limite de gasto total, a gente também tem que limitar o do futebol. É outra discussão, mas eu acho que a lei de responsabilidade do futebol poderia ser a maior contribuição que sairia deste debate.

Eu anotei aqui índice técnico. Mas me deixe provocar: se o clube, para se manter na competição, estiver artificialmente inflando os seus gastos, não pagando salários e obrigações trabalhistas, ainda assim o senhor estaria de acordo?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Não, porque vários se mantêm sem inflar gastos nem nada.

O SR. WALTER DE MATTOS - Mas o que se está dizendo é que só quem perderia o direito a ficar na divisão é aquele que não cumprisse determinadas regras.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sim, mas aí é o dirigente que não está cumprindo, e não o clube.

O SR. WALTER DE MATTOS - Mas aí voltamos ao ponto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Vários outros dirigentes estão mantendo o clube na primeira divisão, e o torcedor não é penalizado por isso, porque ele está mantendo o clube. Nós estamos no Brasil, a gestão do Flamengo e do Corinthians não pode ser um disparate.

O SR. WALTER DE MATTOS - Mas é.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Mas não pode.

O SR. WALTER DE MATTOS - A gestão do Corinthians, durante 3 ou 4 anos, tirou o clube do atoleiro e o levou lá em cima. Talvez daqui a 2, 3 ou 5 anos, porque mudam os dirigentes num sistema político, ela vá lá para baixo. É o que temos visto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Mas aí tem a lei de responsabilidade do clube.



O SR. WALTER DE MATTOS - Mas se o clube não vai ser punido, quem vai ser punido?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Vai ser punido o dirigente.

O SR. WALTER DE MATTOS - E aí como é que você vai fazer com que associados escolham melhor o seu dirigente se o clube nunca é punido?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Assim como escolhem o Deputado aqui no Congresso Nacional, a cada ano há eleição.

O SR. WALTER DE MATTOS - Mas o povo brasileiro é punido quando o Deputado vai mal, e o sócio do clube não é punido. É o que o senhor defende: que o clube nunca seja rebaixado, mesmo que ele não pague os salários, mesmo que ele contrate dívidas que não sejam pagas. Eu, desculpe, discordo. Na Europa existe uma punição hoje a partir do *flair play* financeiro, que, obviamente, ninguém quer que seja... Eu estou de acordo, eu não quero que o meu clube seja rebaixado, a não ser pelo campo. Mas, como medida extrema, eu aceitaria isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Na lógica inversa, o clube hoje é punido pelo mau comportamento do torcedor. Quando o torcedor se comporta mal, o clube é punido, perdendo o meio de campo. Na lógica inversa existe isso.

O SR. WALTER DE MATTOS - Sobre a CBF, achei muito bom o senhor tocar na CBF. Obviamente podemos falar sobre futebol, sobre esporte, por muitos dias. A CBF se considera uma entidade à parte da sociedade brasileira. Infelizmente, foi assim esses anos todos. A gente combateu isso. Cheguei, em momento, a ter 17 ações do Sr. Ricardo Teixeira contra a nossa empresa, porque defendíamos que houvesse mudanças.

A gente tem proposta sobre isso, sobre uma nova CBF. A gente tem uma proposta, por exemplo, de que a CBF, além da lei de responsabilidade, não pudesse gastar mais do que 50% do seu orçamento com gastos correntes. Por que a CBF fatura 400 milhões de reais e paga 300 mil reais de prêmio para o motorista do presidente se o outro time é campeão? Isso é um escárnio com a sociedade brasileira. Por que a CBF mantém-se como única entidade que tem uma marca fora do futebol brasileiro? Por que ela não mexe no calendário? Ela é quem detém todos os patrocínios. Fora do Brasil, só existe Seleção Brasileira; não existe Flamengo,



Bahia, Corinthians, praticamente. Então a CBF faturar esse dinheiro todo e não ter um papel contribuinte...

Por exemplo, voltando à questão dos clubes menores, do Deputado André, por que a CBF não apoia o futebol feminino? Por que ela não arca com mais custos da Série D e da Série C? Por que ela não arca com mais custos da Copa do Brasil nas primeiras fases, quando tem custos de deslocamentos? Na Copa da França, as últimas rodadas arrecadam dinheiro para as primeiras rodadas, onde jogam os clubes menores. As últimas rodadas faturam muito, e as primeiras rodadas faturam pouco. Há gasto porque o cara viaja lá pelo país, e olha que a França não é um país tão grande quanto o Brasil.

Se a gente pensar que a CBF não pode ser um pária do futebol, só se beneficia do monopólio do futebol brasileiro, que ela teria que contribuir também, a gente começa a ter outras ideias. Ela podia ter um fundo anual de 10% do seu orçamento. Quando um clube precisasse, por exemplo, de um financiamento para um centro de treinamento — esse fundo teria um conselho que decidisse e financiasse esse centro de treinamento —, que não precisasse recorrer ao Erário, ao BNDES.

Então, a CBF, sim, tem que ser chamada, não sei se nesse âmbito. Já apresentei muita complexidade ao adicionar a CBF aqui, mas ela, sim, deveria ser responsabilizada por uma parte dessa conta para reerguer o futebol brasileiro. É assim que eu entendo. Não sei se eu deixei alguma questão sem ser tratada.

O SR. DEPUTADO DELEY - Walter, só como sugestão, você é um estudioso: dá uma olhadinha, Walter, na questão da fundação.

O SR. WALTER DE MATTOS - Um minutinho. O Deputado Deley falou sobre a auditoria. Eu queria, Deputado Deley, lembrar que hoje já existe isso na Lei da Moralização do Futebol, os clubes são obrigados a publicar balanços com auditoria. Aqui neste projeto também se trata disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Imagine empresas filiadas à CVM.

O SR. DEPUTADO DELEY - Eu não gosto da ideia de que sejam empresas filiadas à CVM.



O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Não, de auditoria no mercado, empresa credenciada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - O Walter vai ter que sair. Então, faça as despedidas.

O SR. WALTER DE MATTOS - Eu queria mais uma vez agradecer a oportunidade de ter falado aqui para vocês. Eu acho que o Deputado Deley falou isso. Eu conheço muita gente que me disse, quando eu disse que vinha aqui: *“Vai perder tempo, um dia de trabalho. Vai pagar uma passagem para Brasília”*. Mas talvez seja um espírito voluntarista, eu já colaborei outras vezes. Espero não perder esse espírito e espero também ter contribuído de alguma maneira. Foi um prazer estar aqui com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Obrigado pela contribuição, Walter.

O SR. ARIALDO BOSCOLO - Bem, eu também fiz aqui as minhas anotações.

Primeiro, respondendo ao Deputado Otavio Leite, eu queria dizer o seguinte: diferentemente dos clubes de futebol em que as próprias consultorias listaram os principais devedores da Série A do futebol, é difícil dimensionar com relação à dívida dos clubes sociais, até pela multiplicidade de clubes que temos no Brasil. De qualquer forma, a nossa visão é que existem, sim, déficits tributários, mas não na monta em que está hoje o futebol, inclusive em relação ao Fundo de Garantia e às dívidas.

Com relação ao gatilho, aqui mencionado pelo Walter, há algumas coisas que são consenso aqui, creio eu. A não manutenção da SELIC na correção e o gatilho que eu tenho citado dizem respeito de novo àquele processo que o Walter citou também. Não adianta fazer um refinanciamento no qual se possa colocar o principal economista do País se o clube não tiver condições econômicas de pagar. Está-se falando muito aqui na lei de responsabilidade, do problema da gestão que o Deputado José Rocha falou, mas existe um processo hoje.

Se o clube deve um determinado volume — hipoteticamente foi citado aqui o Botafogo, com 400 milhões de reais, e o Flamengo, com 700 milhões de reais —, se se dividir pelo número de meses a dívida que ele não consiga pagar, não vai



depender de gestão; se é impagável, é impagável. Então, eu sugiro que o valor seja dividido em 240 meses, mas que haja o limite máximo dele e o resto seja rolado. Como disse o Deputado, o único REFIS que realmente se mantém com sucesso foi o primeiro REFIS, que não estabelecia o número de pagamentos, estabelecia o percentual do faturamento das empresas. Se a gente lembrar o primeiro REFIS, o REFIS 1, estabelecia um percentual da receita para pagamento. Então, obviamente, se você estabelecer um percentual máximo, você compromete hipoteticamente “x” por cento. É impossível. Isso tem de ser feito nos dois lados, tanto na dívida tributária, como em relação a dívida trabalhista.

Parece-me, principalmente no futebol, que os maiores problemas são os problemas trabalhistas. Então, o que acontece? Você não vai conseguir manter os clubes com as certidões em dia de modo geral, porque ele vai conseguir, talvez, as certidões em relação ao lado tributário, mas não vai conseguir em relação ao lado trabalhista.

Portanto, eu acho que, da mesma maneira que está no projeto que nos primeiros 2 anos — se não me engano — num limite de 3% para pagamento, tem que existir um limite máximo e, automaticamente, o valor ficaria para um refinanciamento no final. Seria estendido o volume do pagamento, como é feito no REFIS 1.

Volto a dizer: não estamos reinventando a roda. Existe um projeto do Governo Federal, o REFIS 1, que estabelecia o pagamento de acordo com o faturamento, com a arrecadação.

O André citou algo bastante simples. Vamos partir do princípio de que, em relação a qualquer clube que esteja na Série A, todo ano caem quatro e sobem quatro. Vamos lembrar o que aconteceu com o Palmeiras no ano passado, quando ele caiu. O que aconteceu? Se se trata de um grande clube, se ainda tem imagem, a *Globo* ainda consegue manter por mais 1 ano aquela cota naquele valor. E aquele clube do Norte e do Nordeste, que arrecada hipoteticamente neste ano 30 milhões em televisão, no ano seguinte, quando vai para a Série B, vai arrecadar 3.

Então, o dirigente, por mais responsabilidade que tenha, vamos considerar que o clube vai estabelecer um limite das suas receitas, para contrair despesas. Esta é a proposta, ou seja, que haja uma responsabilidade. O que vai acontecer? Se



ele vai ter uma responsabilidade, um limite de gasto, conseqüentemente, não vai poder contratar grandes jogadores. Concordam? Se ele tem dificuldade, efetivamente, em contratar, ele não pode gastar porque a lei vai dar um balizador dele, ele não contrata uma boa equipe, o que acontece com a sua equipe? A equipe cai. Como ele consegue receita para pagar?

É uma pena que o Walter não esteja aqui, eu não quis polemizar com ele, mas algumas ideias do Walter, Deputado, na teoria, são ideias bonitas, mas, quando são colocadas na prática, é muito complicado. Eu não vejo, por exemplo, que simplesmente mudar o regime tributário de associativo para empresarial vai resolver o problema do futebol — muito pelo contrário. *“Ah, vamos transferir para o associado do clube as dívidas que o dirigente contrairia como responsabilidade”*. Quem são os associados dos clubes hoje?

Vamos colocar na essência. Deputado Otavio Leite, V.Exa. é sócio do Flamengo, se amanhã você souber que o seu clube deve 800 milhões e que V.Exa. é o responsável pelo pagamento, V.Exa. ficaria como associado daquele clube? O que vai acontecer? Se se passar a responsabilidade para o associado, os clubes vão perder seus associados, ninguém mais vai querer ser associado de clube. Ele vai ter a responsabilidade de pagar as dívidas do clube, ele cai fora.

A minha preocupação é esta. Algumas coisas aqui são consideradas de maneira simplista, mas é complicado realizá-las na prática.

Para não polemizar mais — o Deputado Deley já saiu —, depois eu falo com relação à reivindicação dos clubes, que já está resolvida. O projeto do Deputado Deley, que está no Senado, que seria uma espécie de vale-esporte, vale-futebol, com relação ao Vale Cultura, fica aqui aquela visão, como mencionou o Deputado José Rocha: *“Quem vai pagar esse custeio do espaço ocioso?” “Quem vai pagar aquele preço atual?”*

A Senadora Marta Suplicy tornou-se Ministra da Cultura e colocou este projeto que, se não me engano, são 30 milhões por ano. É isso? Não sei se estou certo. Estamos falando que a dívida do futebol é da ordem de 4 ou 5. Quer dizer, um Vale Cultura transformou-se em 30 milhões. Quem está pagando isso? É o Estado brasileiro.



Se existe vontade política para fazer, alguém vai ter que pagar a conta. Se, efetivamente, não se quer fazer o favorecimento dos clubes, seja de futebol, seja para a formação de atleta olímpico e paralímpico para os clubes que formam atletas olímpicos e paralímpicos, se você transformar esse vale como efetivamente dedutível da dívida do clube, por que não, se com a cultura foi feito isso? E se fala de jovem. Eu não falei de jovem. Eu falo do contrário, ou o vale-ingresso mesmo.

Como é feito o Vale Cultura hoje? Todas as empresas credenciadas que têm funcionários até um limite de salário têm direito a uma receita de 50 reais por mês — se eu não me engano —, cumulativamente, para utilizar em espaços da cultura. Perfeito? Mas por que não em relação ao espaço do esporte de modo geral, se aquilo se transformar em débito?

Portanto, parece-me que, diante da ideia do voto de todas elas que foram citadas, o nosso Relator deveria fazer uma observação com relação a isso. Eu acho que realmente era, de novo, um legado para atingir a população. O Estado não está anistiando, mas deduzindo das dívidas dos clubes aquele valor que beneficiaria a população de modo geral.

Então, hipoteticamente, se houver no estádio 50 mil lugares, se, em cada jogo, se pode vender a metade dos ingressos para serem distribuídos à população, para famílias que têm renda de até xis reais, e se aquilo for abatido da dívida dos clubes. Parece-me que é uma ideia interessante, comparada com a cultura. Volto a falar: se for essa a regra, parece-me que é uma ideia interessante. Não só para crianças, mas, de modo geral, para o torcedor ou para a família dele que quiser ir ao estádio, ele poderá comprar ingressos e efetivamente usufruir desse benefício.

Há outra coisa que foge um pouco, mas, como a Timemania está aí — o André sabe que nós já defendemos essa ideia no passado —, eu volto a dizer que a Timemania não deve ser anulada, ela deve ser melhorada. Se fosse para transformar em Megaclube ou Megamania, com cinco números e um símbolo de futebol, não importa. Eu acho que realmente seria uma oportunidade de transformar essa loteria em um benefício, com a autorização dos escudos dos clubes, para o abatimento das suas dívidas.

Basicamente, eu creio que foram essas as questões citadas pelos Srs. Deputados. Não fiz mais nenhuma anotação aqui.



Quero apenas fazer um registro em relação, Vicente e Otávio, ao que o Walter falou. Vamos lembrar o que aconteceu com o passe do atleta. Falou-se muito naquela ocasião de se tirar a liberdade do jogador, que era um processo de escravidão. O que aconteceu naquela época? Tirou-se a possibilidade dos clubes que tinham uma receita de formar atletas e, hoje, a grande maioria dos atletas está onde? Está na mão dos empresários. Fala-se que vender atleta é, em parte, para reduzir a dívida. Mas os clubes já não têm atletas. Hoje a maioria dos atletas é dos empresários. Como se vai vender um atleta para deduzir dívida?

Portanto, a mudança do formato para um modelo empresarial que, num primeiro momento, parece ser algo que vai resolver todos os problemas... É o mesmo que comprar jogador: não resolveu os problemas, tirou uma das receitas principais que os clubes tinham. Então, eu tenho uma preocupação de, num primeiro momento, se colocar um marco zero como solução e transformar os clubes em empresas. Quem serão os donos dessas empresas? Portanto, vai acontecer isso.

Hoje os empresários são donos do futebol. O que vai mudar amanhã é que também os clubes vão ser donos de alguns empresários que vão, efetivamente, ficar com os clubes, como os que existem hoje na Europa, onde vários grupos ingleses e russos são donos das suas propriedades.

Era o que tinha a dizer, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Muito obrigado, Sr. Arialdo Boscolo.

Concedo a palavra ao Deputado Otavio Leite, para fazer as considerações finais. Em seguida, encerraremos a sessão.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, eu tenho certeza de que foi uma boa audiência pública, com contribuições efetivas, férteis. Nós estamos avançando. Esperamos, logo após o carnaval, mergulhar nas últimas audiências, fazer a Comissão Geral e oferecer uma proposta de substitutivo, extraindo o que me parecer o melhor de todas essas sugestões apontadas.

Portanto, eu queria registrar que fiquei muito satisfeito com o encontro de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicente Candido) - Obrigado, Deputado Otavio Leite.

Temos alguns requerimentos. Este seria o segundo item da pauta, mas, dado o esvaziamento da sessão e a ausência do autor, o Deputado Romário, nós vamos retirá-los da pauta, de ofício.

Nada mais havendo a tratar nesta presente reunião, convoco audiência pública para amanhã, 19 de fevereiro, às 14h, com o tema Formação de Atletas no Brasil, atendendo ao Requerimento nº 20, de 2013, de autoria do Deputado Afonso Hamm.

Informo, ainda, aos nobres pares que teremos a realização do Seminário Regional na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, sob coordenação do Deputado Edinho Bez, no dia 21 de fevereiro, sexta-feira, às 14h. Caso haja interesse na participação dos membros desta Comissão no referido seminário, solicito que a Assessoria Parlamentar entre em contato, o mais breve possível. Eu acho que pode até coincidir com o Congresso da FIFA, que está acontecendo em Florianópolis.

Está encerrada a presente sessão.